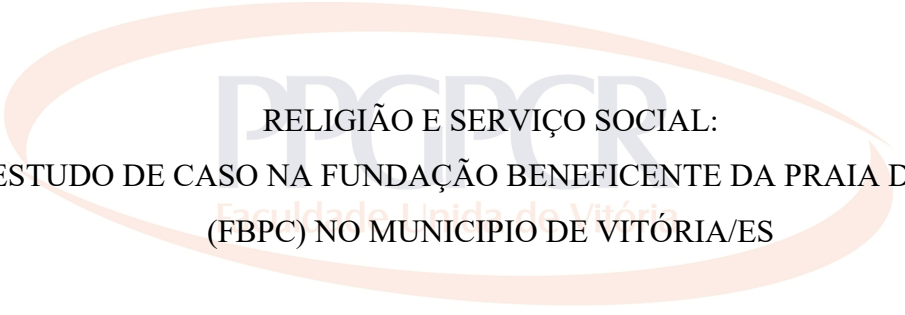


FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LUIZ ANTONIO SANTOS



RELIGIÃO E SERVIÇO SOCIAL:
UM ESTUDO DE CASO NA FUNDAÇÃO BENEFICENTE DA PRAIA DO CANTO
(FBPC) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 15/12/2021.

VITÓRIA-ES

2021

LUIZ ANTONIO SANTOS

RELIGIÃO E SERVIÇO SOCIAL:
UM ESTUDO DE CASO NA FUNDAÇÃO BENEFICENTE DA PRAIA DO CANTO
(FBPC) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial pra obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Religião e Espaço Público.

Orientador: Valdir Stephanini

VITÓRIA-ES

2021

Santos, Luiz Antonio

Religião e serviço social / Um estudo de caso na Fundação Beneficente da Praia do Canto (FBPC) no Município de Vitória/ES / Luiz Antonio Santos. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2021.

vii, 78 f. ; 31 cm.

Orientador: Valdir Stephanini

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2021.

Referências bibliográficas: f. 73-78

1. Ciência da religião. 2. Religião e espaço público. 3. Religião e serviço social.
4. Serviço social. 5. Política social. 6. Fundação Beneficente. - Tese.
- I. Luiz Antonio Santos. II. Faculdade Unida de Vitória, 2021. III. Título.

LUIZ ANTONIO SANTOS

RELIGIÃO E SERVIÇO SOCIAL:
UM ESTUDO DE CASO NA FUNDAÇÃO BENEFICENTE DA PRAIA DO CANTO
(FBPC) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Dissertação de Mestrado Profissional como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação
em Ciências das Religiões. Área de
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de
Atuação: Religião e Espaço Público.

Data: 15 dez. 2021.



Valdir Stephanini, Doutor em Teologia, UNIDA (presidente).



Abdruschin Schaeffer Rocha, Doutor em Teologia, UNIDA.



Edson Maciel Junior, Doutor em Educação, UFES.

AGRADECIMENTO

Inicialmente, agradeço sobretudo a Deus pela dádiva do conhecimento científico, em especial o espiritual, que me conduziu a buscar este desafio de fazer ciência através da pesquisa científica acadêmica.

Agradeço a minha família, em destaque minha amada esposa Ana Lourdes Pereira Santos, pelas insistentes cobranças e participações nas inúmeras horas, dias, meses e anos (dois) ao meu lado para que este sonho se tornasse realidade, e minhas filhas Luanna Pereira Santos e Bharbara Pereira Santos (minha assistente em TI), genros e a linda Giovanna Pereira Santos (netinha).

Importantíssimo agradecer ao meu orientador, professor doutor Valdir Stephanini por relevantes prestações e orientações de resistências, quando por algumas vezes, pensei em desistir devido as dificuldades de percurso e por se tratar de um período excepcional e adverso a normalidade, em que atravessa o país e o mundo com a pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Agradeço aos meus pais, Acácio de Oliveira Santos (97 anos) e Maria Soares Santos (in memória) que sempre me mostraram o melhor caminho a seguir, do conhecimento atrelado ao respeito e dignidade humana.

Obrigado colegas de turma Mestrado-2019, ao grupinho: Ademir Barbosa dos Santos, Camila Mariana Costa Fonseca, Maria Geralda Fernandes Valentim e em especial ao contato permanente da colega Telma Maria Nascimento, de Macapá, pela intimidade de poder partilhar os momentos difíceis e alegres durante a formação.

RESUMO

Esta pesquisa se configura apresentar um estudo de caso na Fundação Beneficente da Praia do Canto, constituído da relação Religião e Serviço Social. Imprescindível a relevância da práxis profissional do Serviço Social no campo das Ciências das Religiões, concretizado em uma instituição do Terceiro Setor, expressando valores religiosos e éticos sociais, em uma comunidade permeada por negação de direitos sociais. Ante complexidades de relação Religião e Serviço Social, esta pesquisa investigou sobre possibilidade de diálogo e conscientização do profissional Assistente Social em uma instituição Religiosa. Objetivou-se investigar a prática profissional do assistente social aos questionamentos sociais em uma instituição beneficente de gestão realizada pela igreja batista, inserida na região periférica da capital capixaba. Adiante primou por historicizar a constituição da igreja batista no Brasil, culminando na organização da IBPC como idealizadora do projeto FBPC, na Região São Pedro. Posteriormente, apresentou as legislações do Serviço Social no país e suas orientações ao desempenho profissional atrelado ao Terceiro Setor. Culminou-se em apropriação investigatória por meio da pesquisa empírica com os gestores, o profissional Assistente Social do projeto, assim como profissionais de outras áreas e os assistidos com respectivas famílias. Optou-se pela Ciência da Religião Aplicada, convencionada como Ciência Prática da Religião (CPR) proponente de mediação da CPR com o Serviço Social dialogando com outras áreas, especial as Ciência da Religião, favorável a conscientização da existência humana expressa em política social. O estudo usou como ferramenta para procedimentos metodológicos a pesquisa empírica no campo e como técnica o questionário para entrevistar profissionais da instituição, aplicando-o, também, aos assistidos e familiares. Concluiu-se que, diante das dificuldades de diálogo e conscientização, foi possível encontrar intersetorialidade nas ações do Assistente Social com outras áreas institucional religiosa.

Palavras-chave: Religião. Fundação. Serviço Social. Política Social.

ABSTRACT

This research sets out to present a field study at Praia do Canto Beneficent Foundation, consisting on the relationship between Religion and Social Service. The relevance regarding the professional praxis concerning social work in the field of the Science of Religion is essential, implemented in a Third Sector Institution, expressing religious and social ethical values, in a community that is fill by the denial of social rights. Given the complexities based on the relationship between Religion and Social Service, this research investigated the possibility of dialogue an awareness on professional Social Worker in a Religious Institution. The focus was to investigate the professional practice of the Social Worker when facing social issues in a charity institution originated from the Baptist Church, inserted in the Peripheral Region on the Capital of Espírito Santo. Thereafter, exceed in historicizing the constitution of the Baptist Church in Brazil, culminating in the organization of the Baptist Church at Praia do Canto as the creator of the PCFB project in the São Pedro Region. Later presented the legislation of Social Service in the country and its guidelines for professional performance linked to the Third Sector. Concluded in investigatory appropriation through empirical research with the managers, the project's professional social worker, as well as professionals from other areas and those assisted with their families. Opt for the science of applied religion (SAR), established as the practical science of religion, the mediation of SAR with Social Service, dialoguing with other areas, especially the Science of Religion, in favor of raising awareness of human existence expressed in social policy. The study resort to empirical field research as a tool for methodological procedures, as well as the questionnaire technique for interviewing professionals from the Institution, also applying it to those assisted and their families. It was determine that given the difficulties of dialogue and awareness, it was possible to find intersectoriality in the actions of the Social Worker with other Religious Institutional areas.

Keywords: Religion. Foundation. Social Service. Assisted. Social Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS DO CAMPO RELIGIOSO.....	13
1.1 Origem e organização da Igreja Batista da Praia do Canto.....	13
1.2 Historicidades da comunidade da região São Pedro.....	20
1.3 Origem e estruturação da Fundação Benficiente Praia do Canto – FBPC.....	25
2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL.....	31
2.1 O Serviço social e o Terceiro Setor.....	31
2.2 Responsabilidade social e os direitos sociais.....	38
2.3 Ministério social cristão e responsabilidade social.....	47
3 A FUNDAÇÃO BENEFICENTE PRAIA DO CANTO (FBPC) E O PROFISSIONAL DO SERVIUÇO SOCIAL.....	53
3.1 Caracterização da FBPC e das políticas desenvolvidas.....	53
3.2 Regulação institucional nas legislações sociais.....	59
3.3 Manifestações das atividades práticas beneficentes.....	64
CONCLUSÃO.....	72
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO ASSISTENTE SOCIAL DA FBPC.....	80
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO GESTÃO DA IBPC.....	81
ANEXO A: QUESTIONÁRIO ASSISTENTE SOCIAL DA FBPC.....	82

INTRODUÇÃO

Este estudo busca analisar, de forma expressiva, a possível relação entre uma instituição religiosa, com sua fundação, e a práxis da assistência social, em favor de uma comunidade, na periferia de uma capital de um dos estados brasileiros. A pesquisa aborda uma temática relevante para o cabedal científico profissional do autor, tendo em vista a extensão acadêmica científica iniciada na teologia, perpassando pelo serviço social, pedagogia e pós-graduado em gestão pública e gestão educacional. Acrescentará a academia informações relevantes no que concerne uma orientação da problemática de atuação do Estado nas questões das responsabilidades sociais em diversas esferas federativas, absorvidas pelas instituições religiosas.

A partir das próprias experiências vivenciadas como assistente social no setor de bolsa família da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, através de questionamentos e hipóteses, foi construída ideias presentes na formação do objeto da pesquisa. Relacionado aos atendimentos, que envolviam crianças e adolescentes vivendo em situações vulneráveis e de ausência de uma alimentação básica, melhor formação cultural e educação insuficiente no ensino/aprendizado, foi observado, através das entrevistas realizadas nesse percurso, a importância da intervenção de instituições religiosas aos questionamentos de políticas sociais. Quanto ao formulário destinado a identificação do exercício do Serviço Social, foram observadas duas relevantes questões: o estar inserido a uma comunidade ou instituições religiosas e a possibilidade de apoio e solidariedade em resposta ao fenômeno da irresponsabilidade social que experimentavam.

Essas observações e experiências acarretaram inquietações, sobretudo ao fenômeno religioso e mais propriamente, no que diz respeito ao exercício profissional dos assistentes sociais e aos aspectos religiosos, ocasionando a uma necessidade de embrenhar-se ao contorno destes profissionais relacionado ao aprendizado nas manifestações da identidade religiosa dos assistidos e, por conseguinte, enfrentamento dessas situações com a prática profissional. Daí o surgimento da necessidade da pesquisa que ora é a apresentada.

A pergunta problema a ser investigada é: qual a relevância da prática do profissional do Serviço Social, para o campo das Ciências das Religiões, em uma instituição do Terceiro Setor, oriunda de uma igreja batista – caso Fundação Beneficente Praia do Canto –, expressando valores religiosos e éticos sociais, em uma comunidade onde permeia a negação de direitos sociais, na localidade de São Pedro, em Vitória, no Espírito Santo?

A presente pesquisa tem como objetivo principal investigar a prática profissional do assistente social no enfrentamento das questões sociais de uma instituição beneficente oriunda de uma igreja batista, inserida na região periférica da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. Por objetivos específicos tendem refletir sobre a constituição histórica da igreja batista e sua missão do fazer social. Em sequência reconhecer a ausência do Estado nas questões de políticas sociais, que em várias situações são abrangidas pelas instituições religiosas com vínculos no Terceiro Setor. Outro objetivo específico proposto está em refletir as configurações legais do Serviço Social no Brasil. Por fim, analisar a compreensão da Ciência da Religião como disciplina científico-cultural capaz de dialogar com disciplina Ciências Sociais, nesse sentido o Serviço Social e suas conscientizações.

Trata-se de um trabalho de campo, onde busca descrever atributos da falta de políticas públicas na comunidade da Região de São Pedro, correlacionadas à prática profissional do Assistente Social e suas peculiaridades. A pesquisa utiliza técnicas padronizadas para a coleta de dados, envolvendo questionário e sistemática observação. Além disso, enseja, em um estudo de caso, o aprofundamento da realidade específica dessa localidade, em observação direta das agilidades do grupo em questão e de entrevistas fornecidas pelos profissionais Assistentes Sociais e outros profissionais da gestão institucional, o que pode ser ampliado aos atendidos, familiares e à comunidade regional acerca das realidades cotidianas.

Optou-se pela Ciência da Religião Aplicada, convencionada como Ciência Prática da Religião (CPR)¹ em conformidade ao exposto em Abdruschin Schaeffer Rocha e Osvaldo Luiz Ribeiro “enquanto a ciência pura interessa-se exclusivamente pelo conhecimento, a ciência aplicada preocupa-se com o desenvolvimento de “normas, modelos e procedimentos” com vistas a uma “prática” que se estruture sobre o conglomerado de conhecimentos hauridos da ciência pura”². O estudo propõe mediação da CPR com a profissionalização do Serviço Social e toma como base teórica a CPR como um processo distinto de empenho do profissional Assistente Social, assim apresentado por Tworuschka:

Incentiva e promove uma ação orientada, crítica, comunicativa, político-social da Ciência da Religião. Direciona a atenção do pesquisador para a percepção de indivíduos religiosos e seus modos específicos de percepção, bem como para a percepção de diversas religiões vivas no ‘mundo vivo’ [...] Lida com pessoas religiosas vivas ou grupos de pessoas apreendendo suas experiências/percepções. A comunicação com e entre pessoas de diferentes origens, compreensão de horizontes

¹ Na pretensão de simplificação da grafia, a expressão Ciência Prática da Religião será denominada CPR, com exceção aos casos de citação direta.

² ROCHA, Abdruschin S.; RIBEIRO, Osvaldo L. Ciência (s) da Religião Aplicada (s): uma contribuição do mestrado profissional em ciências das religiões da Faculdade Unida de Vitória. *Revista Rever*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 193-212, 2019. p. 193.

e jogos linguísticos (Sprachspiele) se torna o modo básico da Ciência Prática da Religião. Essa disciplina tem uma abordagem indutiva e usa métodos empíricos. A Ciência Prática da Religião refere-se a outras Ciências Humanas e cobre toda a amplitude de tentativas psicológicas, sociológicas, epistemologicamente fundamentadas (Etnometodologia, Sociologia Fenomenológica etc.) [...] Analisando realidades presentes e problemáticas, a Ciência Prática da Religião quer facilitar ‘melhores’ realidades no futuro a partir de ação refletida de resolução de problemas.³

Diversas realidades sociais e políticas são apresentadas globalmente de forma que insta a Ciência da Religião contextualizar reações aos problemas – sociais – de abrangência religiosa, cooperando com os que militam estas práticas. Assim entendem Rocha e Ribeiro: “a religião é um fenômeno complexo, que demanda o auxílio de várias áreas das ciências e que, além disso, não pode ser ignorado nas inúmeras instancias sociais”⁴. E acrescentam a esse entendimento afirmando que “não se pode avaliar corretamente as sociedades e culturas sem que considere o componente religioso”⁵.

Para esse estudo, tomam-se CPR dialogando com autores, tais como: Pierre Bourdieu, Raimundo César Barreto, Alice Cirino e Mark Greenwood que tratam do Campo Religioso. Além desses pensadores, Amarildo Neto Almeida, Henrique Gobbi, entre outros são articulados a partir da área da educação com amplitude social. Mariângela Camargo e outros são analisados nas temáticas do Terceiro Setor. Além disso, a pesquisa irá basear-se em documentos legislativos oficiais de nível municipal, estadual e federal, que possibilitam a interpretação das políticas públicas.

Os procedimentos metodológicos e técnicos para a metodologia da pesquisa empírica é o estudo de caso na instituição FBPC. Entretanto, a utilização metodológica para a análise dos dados conteve-se às seguintes classes: descrição de atividades dos profissionais da assistência social; números de atendimentos dos assistidos e respectivas famílias; interdisciplinaridade e especificidades das oficinas; e relevância institucional. Tudo isso abarca a seleção de artigos científicos, em revistas nacionais, sobre os assuntos relacionados à temática, dissertações e teses, preferencialmente da instituição de ensino vigente, bem como das demais instituições de ensino em âmbito nacional. Na pesquisa de campo, o autor utilizou um questionário para entrevistar os profissionais da instituição, aplicando-o, também, aos assistidos e seus familiares, quando possível.

No primeiro capítulo, o autor abarca a CPR intrínseca à ação pastoral discorrendo com as configurações institucionais do campo religioso, partindo do contexto global para o local.

³ TWORUSCHKA, Udo, 2013 *apud* ROCHA; RIBEIRO, 2019, p. 196.

⁴ ROCHA; RIBEIRO, 2019, p. 196.

⁵ ROCHA; RIBEIRO, 2019, p. 196.

A ênfase recai sobre os processos históricos no que dizem respeito às origens dessas instituições, oriundas do cristianismo. O foco se mantém, especialmente, sobre a instituição organizadora, isto é, a Igreja Batista da Praia do Canto (IBPC), com sua formação estrutural até a concretização de um ideal em cumprir sua missão, como comunidade religiosa e social, no contexto da Fundação Beneficente da Praia do Canto (FBPC), estabelecida na comunidade da Região de São Pedro. Por ser tratar de uma comunidade de extrema carência social, a implantação da fundação se justifica como um projeto de enfrentamento nas políticas sociais.

O segundo capítulo considera a intermediação entre a CPR abordada nas Organizações e a responsabilidade social no Brasil e no âmbito de suas legislações, ao objetivar estudos no perfil das instituições que se configuram no Serviço Social e no Terceiro Setor, influente nas políticas de assistência social. Pretende historiar o Serviço Social, assim como o Terceiro Setor com suas anuências positivas e contraditórias, na efetivação de políticas públicas, empreitadas em instituições de cunho religioso/social. Na sequência, aproxima-se para expor a responsabilidade social e os direitos sociais intrínsecos no Serviço Social e no Terceiro Setor, culminando, assim, na inter-relação do ministério cristão com a responsabilidade social em uma comunidade desassistida, *a priori*, pelo governo.

O terceiro e último capítulo descreve como a CPR tratada na Educação Sociopolítica em relação interdisciplinar com o Serviço Social se apresentam nas narrativas das práticas profissionais desenvolvidas na FBPC. Tais práticas são disseminadas em ações de cidadania concretas na comunidade da Região de São Pedro, em Vitória/ES. Considera-se que uma gestão precisa dos serviços profissionais do assistente social e do ministério religioso cristão, no desempenho de suas funções, como agentes de enfrentamento dos problemas sociais presentes na comunidade local, ora renegada pelas políticas públicas governamentais. Em um desfecho da relevância da fundação para a comunidade, o autor expõe, além das marcas históricas, a necessidade de ação das comunidades cristãs em favor de comunidades que estão vivendo em situações de vulnerabilidade social.

Na conclusão, a pesquisa busca compreender as atividades possíveis e conjuntas, oferecidas por uma instituição organizada, de uma ação social cristã capaz de dialogar com o Serviço Social e o Terceiro Setor, em favorecimento das políticas sociais que alcança crianças e adolescentes, com suas famílias, em uma comunidade pobre e/ou em situação de extrema pobreza. Expressa, portanto, serviços que englobam os direitos civis, políticos e sociais, separadamente, e, ao mesmo tempo, na promoção da igualdade social. Nesse sentido, requer a compreensão de estudo, onde a práxis possa se manifestar em fatos reais e nas histórias de

pessoas que, de alguma forma, foram beneficiadas pela responsabilidade social de uma instituição religiosa cristã, como a FBPC, oriunda da IBPC.



1 CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS DO CAMPO RELIGIOSO

Este capítulo trata da constituição do *campo religioso*, descendente do global para o local e perfazendo suas origens como também as diversas religiões que se fundem no cristianismo. Também será demonstrada a origem e a constituição das igrejas batistas no Brasil, com destaque para a Igreja Batista da Praia do Canto (IBPC), entidade mantenedora da Fundação Batista da Praia do Canto (FBPC), objeto de pesquisa desta dissertação. Constará, ainda, uma abordagem enfática da formação do território de ação – Região da Grande São Pedro, localizada no Município de Vitória/ES –, considerada uma comunidade em condições de vida precária e desumana, o que justificaria a necessidade de implantação de projetos de enfrentamento dessas más condições de vida. O capítulo encerra com a descrição do sonho e a concretização da FBPC.

1.1 Origem e organização da Igreja Batista da Praia do Canto

O *campo religioso brasileiro*⁶ constitui-se a partir de diversas tradições religiosas, consagradas e emergentes, com objetivos iniciais ligadas ao desenvolvimento histórico e formas estabelecidas de relações e de interações com as questões sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, ocasiona-se uma pluralidade religiosa no Brasil detectada nas influências dos fatores sociais, políticos, econômicos e históricos que perpassam o espaço público.

Segundo Bourdieu, “a aparição e o desenvolvimento das grandes religiões universais, estão associadas à aparição e ao desenvolvimento da cidade”⁷. Diferente da zona rural, as cidades se configuram por um conjunto de transformações ocasionadas pela tecnologia, economia e pelas questões sociais, que seriam influenciadas pela divisão do trabalho material diferente do intelectual.

Para Raimundo Barreto Júnior, o início do cristianismo no Brasil teria ocorrido através da Igreja Católica Romana e, posteriormente, com o protestantismo. Entretanto, desde o século XVI, teriam acontecido várias tentativas para essa condição.⁸ Nesse sentido, percebe-

⁶ A noção de *campo religioso* é tomada como um espaço de disputa entre os agentes e as instituições religiosas nas suas relações com o sagrado. No Brasil, considera-se que o campo religioso é complexo, porque abarca religiões de diferentes níveis de institucionalização e tradições culturais, por exemplo, desde uma perspectiva monoteísta judaica até um politeísmo de origem africana. Para obter mais informações sobre o conceito de *campo religioso*, consultar: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*: introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 6.

⁷ BOURDIEU, 2015, p. 34.

⁸ BARRETO JUNIOR, Raimundo C. *Evangélicos e pobreza no Brasil: encontros e respostas éticas*. São Paulo: Recriar, 2019. p. 126.

se que, aproximadamente, quatrocentos anos teriam sido necessários para quebrar o monopólio da Igreja Católica Romana, na ocupação do *campo religioso brasileiro*, com a implantação do protestantismo no Brasil.

As Igrejas Batistas surgiram no século XVII, na Inglaterra, embora José dos Reis Pereira mencione que existem pelo menos três teorias quanto à origem das Igrejas Batistas.⁹ Ele afirma o seguinte: “os batistas se originaram dos separatistas ingleses, especialmente aqueles que eram congregacionais na eclesiologia e insistiam na necessidade do batismo somente de regenerados”¹⁰. Essa teoria se sustenta em documentação direcionada a narrativa, ou seja, “depois de 1610 temos uma sucessão ininterrupta de igrejas batistas, estabelecidas com provas documentais indubitáveis”¹¹. Além disso, explica o autor, teria sido com o movimento separatista inglês que as Igrejas Batistas do Brasil mais teriam se identificado, sobretudo, no que diz respeito aos princípios básicos defendidos e a configuração das igrejas locais.¹² É nessa direção que caminha Valdir Stephanini, em sua tese de doutorado.¹³

Sobre os batistas, em solo brasileiro, Pereira traz a narrativa em que Thomas Jefferson Bowen, missionário norte-americano vindo da África, chegou ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1859. Segundo o autor, o missionário foi preso e teve sua saúde debilitada e, por isso, retornou para sua terra natal, em 1861, sem nenhum avanço quanto à implantação de igrejas batistas. Outra ocorrência teria sido a vinda de colonos sulistas norte-americanos, advindos da Guerra de Secessão, arribando em Santa Bárbara do Sul, no Estado de São Paulo, quando, em 10 de setembro de 1871, teriam fundado a primeira igreja batista em solo brasileiro, de língua inglesa, sem compromisso missionário.¹⁴

No Espírito Santo, o trabalho dos batistas teria se consolidado com a chegada dos missionários cristãos, isto é, do casal norte-americano Loren Marion Reno e Alice Wymer Reno, em uma missão na capital Vitória, no início do século XX. Com o desenvolvimento desse trabalho missionário cristão, na cidade de Brejetuba, distrito de Alto Firme, organizou-se a Primeira Igreja Batista no solo espírito-santense, com 60 pessoas, em 21 de agosto de 1903. Consecutivamente, em 02 de setembro de 1903, teria se organizado a Primeira Igreja Batista em Vitória, no morro de Argolas, do outro lado da baía, atualmente, essa igreja

⁹ PEREIRA, Jose R. *Breve história dos batistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPB, 1979. p. 9.

¹⁰ PEREIRA, 1979, p. 10.

¹¹ PEREIRA, 1979, p. 10.

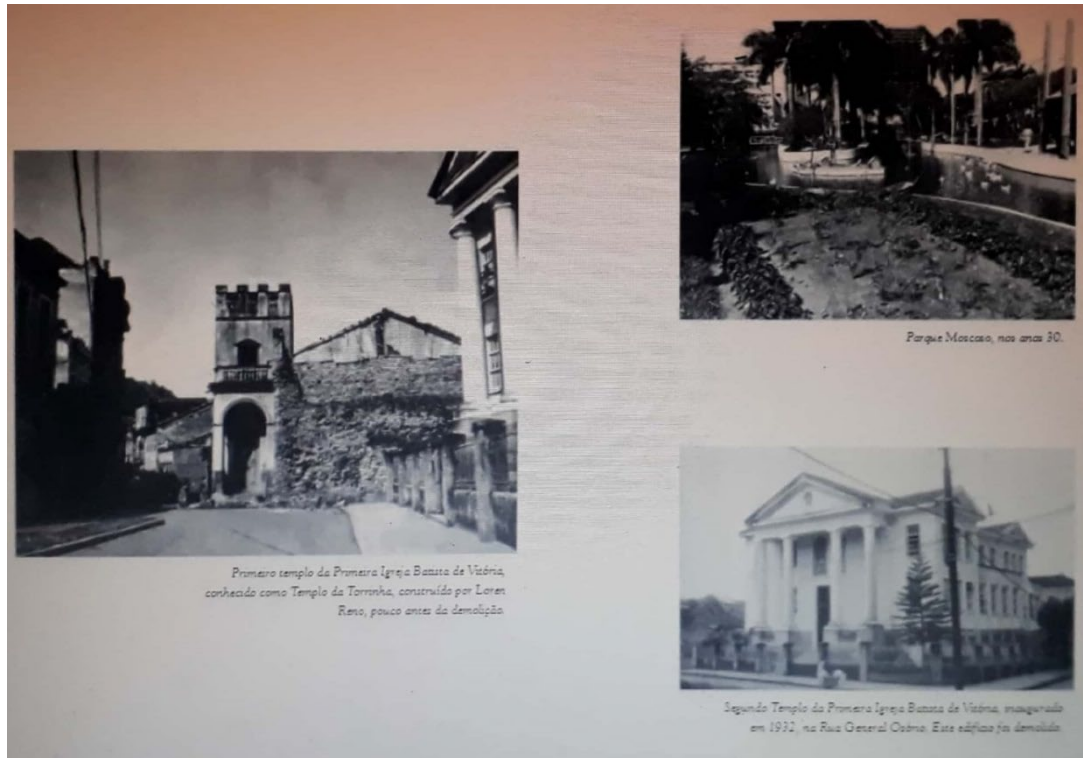
¹² BEZERRA, Benilton C. *Interpretação panorâmica dos batistas*. Rio de Janeiro: CPB, 1960. p. 20.

¹³ STEPHANINI, Valdir. *Aumento de membresia ou reconfiguração eclesial?* Um estudo pastoral sobre pequenos grupos em igrejas batistas do Estado do Espírito Santo. Tese (Doutorado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 22.

¹⁴ PEREIRA, 1979, p. 88-89.

pertence ao município de Vila Velha, anteriormente denominado Vitória.¹⁵ As imagens abaixo, na figura 1, apresentam os templos da Primeira Igreja Batista de Vitória:

Figura 01. Templos da Primeira Igreja Batista de Vitória, no Parque Moscoso, nos anos 30¹⁶



As construções dos templos batistas buscam a intencionalidade geográfica de alcançar determinada comunidade com considerado distanciamento, sem almejar as questões econômicas e financeiras de seus frequentadores. Fator passível de compreensão quando descrito sobre as lutas pelo poder de di-visão apresentado em Bourdieu:

A abundância dos pormenores impede que se compreendam os grandes fenômenos que levam ao progresso ou ao declínio das regiões consideradas. Dá-se igualmente demasiada importância aos fenômenos físicos, como se o Estado não interviesse, como se os movimentos de capitais ou as decisões dos grupos não produzissem efeitos.¹⁷

Análogo ao geógrafo a intencionalidade de construção de templos batistas limita-se preferencialmente em análise do conteúdo do espaço – ao que se vê, diferentemente do

¹⁵ ASSIS, Elezeare. *Educação como instrumento de condução à evangelização e à civilidade: os missionários Loren e Alice Reno à frente do processo de criação do Colégio Americano Batista na cidade de Vitória/ES entre os anos de 1904 a 1935*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. p. 134-136.

¹⁶ GONÇALVES, Cássius. *História dos batistas no Espírito Santo*. 04 nov. 2014. [online]. [n.p.].

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 108.

economista, que se prende a natureza dos fluxos e a sua importância quantitativa – o que se não vê.

Em seu portal, a Convenção Batista Brasileira (CBB) apresenta uma narrativa sobre a origem dos batistas no Brasil da seguinte maneira:

Em 1882, quando foi organizada a Primeira Igreja Batista, voltada para a evangelização do Brasil, já existiam duas outras Igrejas Batistas, organizadas por imigrantes norte-americanos, residentes na região de Santa Bárbara do D'Oeste e Americana, em São Paulo. Os casais de missionários Batistas norte-americanos, recém-chegados ao Brasil, Willian Buck Bagby e Anne Luther Bagby, os pioneiros, e Zacharias Clay Taylor, Kate Stevens Crawford Taylor, auxiliados pelo ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque, batizado em Santa Bárbara D'Oeste, decidiram iniciar a sua missão na cidade de Salvador, Bahia, com 250.000 habitantes. Ali chegaram no dia 31 de agosto de 1882 e no dia 15 de outubro, organizaram a PIB do Brasil com 5 membros: os dois casais de missionárias e o ex-padre Antônio Teixeira.¹⁸

O ano de 1882, considerado um marco inicial da institucionalização dos batistas no Brasil, retrata a existência, desde 1912, da nomenclatura Batista, na ocasião do retorno de Thomas Helwys a Holanda, em busca de refúgio devido à perseguição imposta pelo Rei James I, da Inglaterra. Nesse contexto, Helwys teria organizado, nos arredores de Londres, com as pessoas que estavam com ele, uma igreja em Spitalfields. Contudo, essa constituição dos batistas como um povo cristão trata em sua Convenção – apesar de lutas e percepções – uma linda história de fé, de doutrina e de princípios, com as quais alcança êxito nas áreas de Missões, Educação Religiosa e Publicações, Educação Teológica e Educação.

A história dos batistas no mundo retrata a existência de vários grupos religiosos que resistiram ao tempo. Nesse sentido, Cassius Gonçalves apresenta três variantes que podem balizar sua origem: a primeira versão diz que os batistas vieram em uma série contínua, desde os tempos em que João Batista realizava batismos no rio Jordão; a segunda descreve a teoria da afinidade espiritual com os Anabatistas ocorrido no Século XVI; a terceira e última versão, a mais aceita pela CBB, mesmo distinguindo a extensão dos Anabatista em seu fluxo, assegura que os batistas surgiram dos separatistas ingleses, sobretudo, aqueles que eram congregacionais em sua eclesiologia e persistiam no imperativo do batismo exclusivamente de regenerados.¹⁹

Organizada em 1907, a CBB, como ideal concretizado por A. B. Deter, Zacharias Taylor e Salomão Ginsburg, unidos com outros missionários e líderes, realizaram o plano na cidade de Salvador, após 25 anos de prenúncio dos trabalhos de evangelização dos batistas no

¹⁸ CBB [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

¹⁹ GONÇALVES, Cássius. *História dos batistas no Espírito Santo*. Vitória: GSA, 2012. p. 22-23.

Brasil. Nesse sentido a CBB representa um órgão da cooperação formada pelas igrejas batistas nos envios de seus mensageiros, por ocasião das assembleias nacionais das Convenções. Posteriormente, foram criadas as convenções estaduais com suas respectivas assembleias.

Seguindo a mesma compreensão de consolidação dos batistas em terras capixabas, a Convenção Batista do Estado do Espírito Santo (CBEES), assim descreve:

A primeira Igreja Batista organizada em solo capixaba foi, em 21 de agosto de 1903, no município de Afonso Cláudio, na localidade de Ribeirão do Firme. Os missionários Zacarias C. Taylor e A. L. Dunstan, após consagrarem Francisco Silva ao ministério e procederem a um concílio, organizaram, com 60 pessoas, aquela que, hoje, é a Primeira Igreja Batista em Alto Firme. A segunda igreja organizada pelos missionários Taylor e Dunstan, juntamente com o Pr. Chiquinho, foi em Figueira de Santa Joana, hoje Itarana, em 24 de agosto. A terceira igreja organizada naquele memorável ano foi a Primeira Igreja Batista de Vitória, no dia 2 de setembro de 1903, com 14 pessoas, que se reuniram numa casa caiada de branco, chão batido e telhado de zinco, na localidade denominada Morro de Argolas. Os batistas encerram o ano de 1903, com três igrejas organizadas, 91 membros, e um pastor.²⁰

Devido ao crescimento da denominação batista, diversos grupos batistas foram surgindo no Brasil, dentre eles, surgiu a Missão Victoriense, do visionário Loren Reno, que a consolidou no ano seguinte de sua chegada ao Espírito Santo, em 1905, desvinculando-se da Missão da Bahia e garantindo assistência aos novos líderes que estavam sendo formados, como, por exemplo, o pastor Francisco da Silva. Entretanto, para a concretização da convenção atual, a CBEES, teria ocorrido alguns impasses que foram superados pela unidade dos mensageiros. Ou seja:

Em 1907 a então Missão Victoriense se transformava em Convenção Batista Victoriense. Com a expansão do campo batista para todo o Estado, passou a ser Convenção Batista Espírito-santense. No início da década de 50, eclodiu um problema de ordem eclesiológica e administrativa, dividindo a Convenção ao meio, ficando de um lado o grupo remanescente da Convenção Espírito-santense e de outro, o grupo que se organizou como Sociedade Batista Missionária, posteriormente, Convenção Batista Capixaba. Situação que perdurou até meados da década de 60, quando as lideranças das duas Convenções ajustaram a forma de reunificação. Em determinado dia, as duas Convenções se reuniram separadamente e se dissolveram e, no mesmo dia, todos juntos organizavam a Convenção Batista do Estado do Espírito Santo.²¹

A Igreja Batista da Praia do Canto (IBPC) foi organizada em 1976 e reconhecida como a quarta igreja batista em Vitória/ES. Isso está registrado em seu estatuto, da seguinte forma:

Art. 1º – A Igreja Batista da Praia do Canto, organizada em 15 de maio de 1976, doravante denominada IBPC, é uma organização religiosa, sem fins lucrativos, com

²⁰ CBEES. *História dos batistas capixabas*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

²¹ CBEES, [s.d.], [n.p.].

duração indeterminada, número ilimitado de membros e com sede e foro na Av. Rio Branco, 900, Praia do Canto, Vitória, Estado do Espírito Santo. Art. 2º – A IBPC é autônoma e soberana em suas decisões e não está subordinada a qualquer outra igreja ou instituição. Parágrafo Único - A IBPC reconhece e proclama Jesus Cristo como único Salvador e Senhor e rege-se pela Bíblia Sagrada.²²

Em seu Art. 3º, inciso IV, dentre outras finalidades, a IBPC tem como objetivo “promover, pelos meios adequados, a causa da ação social cristã e da educação”²³. As questões sociais, plantação de novas igrejas, criação de instituições de tratamento de dependentes químicos e outras ações ocorrentes com o projeto FBPC – foco principal da pesquisa – afirmam a necessidade da igreja junto à comunidade.

A beneficência implantada e desenvolvida pelo terceiro setor das igrejas batistas, normalmente, é classificada como ministério social cristão, isto é, “o ministério que no Brasil é mais comumente denominado ‘Ação Social’, e que aqui estamos chamando de Ministério Social Cristão (MSC), foi mais uma reação às gritantes desigualdades sociais presentes em toda cidade e estado brasileiros”²⁴.

Para Alice Cirino e Mark Greenwood, a igreja compreende que o MSC precisa ser efetivo na comunidade local, nos arredores e até nos confins da terra. “É um plano pelo qual a igreja local, [...] pode atuar eficazmente no seu bairro, através de um programa de atividades variadas”²⁵, explicam a autora e o autor.

No Brasil, especialmente no Espírito Santo, as desigualdades sociais podem ser percebidas com certas relevâncias. Nas palavras de Alice Cirino e de Mark Greenwood:

O Brasil é um país de dimensões continentais, com desigualdades sociais acentuadas. A desigualdade, de fato, encontra-se na raiz dos desafios que o Brasil enfrenta em busca do desenvolvimento humano. A erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade na educação e a superação de problemas existentes no sistema de saúde, saneamento básico e moradia são desafios a serem enfrentados. Nesta busca do desenvolvimento humano, devem ser contempladas questões ligadas à vulnerabilidade ambiental, redução da pobreza e da exclusão, bem como à promoção da diversidade cultural e universalização do acesso às novas tecnologias da informação.²⁶

Percebe-se que os programas sociais implantados pelo poder público no Brasil não têm sido suficientes para erradicar as desigualdades sociais, principalmente aquelas que se manifestam nas periferias das cidades, permanecendo, assim configurado, um país de grandes

²² IGREJA BATISTA DA PRAIA DO CANTO (IBPC). *Estatuto Consolidado*. Vitória: [s.n.], 2007. [online]. p. 3.

²³ IBPC, 2007, p. 3.

²⁴ CIRINO, Alice; GREENWOOD, Mark. *Ministério social cristão: base bíblica, mobilização da igreja e ações práticas*. Rio de Janeiro: Convicção, 2012. p. 28.

²⁵ CIRINO; GREENWOOD, 2012, p. 29.

²⁶ CIRINO; GREENWOOD, 2012, p. 37.

contradições sociais. Nesse contexto, não é incomum que uma pequena parte da população desfrute de riquezas, enquanto grande parte sobrevive em condições de pobreza e de necessidade extrema. Esta é a dura realidade da região conhecida como Grande São Pedro, localidade onde se desenvolve o projeto FBPC.

A imagem abaixo ilustra a representação original do templo:

Figura 2. IBPC – Templo original capela estilo americano²⁷



A próxima imagem ilustra a visão lateral do templo da IBPC, em Vitória/ES:

Figura 3. Vista lateral do templo da IBPC²⁸



²⁷ IGREJA BATISTA DA PRAIA DO CANTO (IBPC). *Veja mais de Igreja Batista da Praia do Canto no Facebook*. 06 mai. 2013. Facebook: @ibpcoficial. [online]. [n.p.].

²⁸ IBPC, 2013, [n.p.].

A IBPC está situada na Avenida Nossa Senhora da Penha, esquina com a Avenida Rio Branco, no bairro Praia do Canto, Vitória, capital do Espírito Santo. Atualmente consta com aproximadamente oitocentas pessoas arroladas como pertencentes ao quadro de membros desta instituição religiosa. Por estar situada em uma região urbana, considerada por uma formação social e habitacional de classe média/alta, a igreja optou em desenvolver, com mais afinco, seu trabalho social na região de São Pedro, uma região periférica da capital Vitória, que será descrita no próximo item.

1.2 Historicidades da comunidade da região São Pedro

Quanto ao transcorrer da investigação, percebe-se que a instituição onde ocorreu a pesquisa demonstra indicativos em acompanhar o movimento de socialização do bairro, no qual está inserida, conforme a origem da região, explicitada por Priscila Rosa Bandeira da Costa da seguinte forma:

Na Grande Vitória, na década de 1980, os projetos de industrialização atraíram populações da área rural, ocorrendo, nesse contexto, a ocupação que daria origem ao Bairro São Pedro, que tem sua gênese marcada pelo aterramento de áreas de mangue. Outros bairros no município de Vitória também receberam aterros do tipo sanitário, como é o caso de Maria Ortiz, Nova Palestina, Redenção, Santo André, São José, Andorinhas, Ilha de Santa Maria, Ilha do Príncipe e Monte Belo.²⁹

Devido a esta migração descontrolada, teriam ocorrido acirradas disputas por moradias na região, ocasionando confrontos constantes entre a polícia e as pessoas em busca de moradias em áreas urbanas, que teriam sido provocadas pela demanda de implantação de projetos industriais, os quais promoviam a saída de pessoas da zona rural para áreas urbanas. Conforme relata Kézia Nunes e Amarílio Ferreira Neto, “a ocupação foi permeada por um processo de derrubada e queima de moradias pela polícia e outras autoridades [...] Os residentes foram vítimas do descaso, do desrespeito, da insegurança, da precária estrutura e das disputas pelo assentamento, às vezes fazendo vítimas fatais”³⁰.

Amylton de Almeida e Henrique Gobbi descrevem São Pedro como *lugar de toda pobreza*. Os autores comparam o início de organização do bairro a uma passagem bíblica da

²⁹ COSTA, Priscila. *O papel do catador de materiais recicláveis no circuito da coleta seletiva e da reciclagem na região metropolitana da Grande Vitória (ES)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. p. 73.

³⁰ NUNES, Kézia R.; NETO, Amarílio F. Além da lama e do lixo: movimentos de escolarização em São Pedro, Vitória-ES (1977-2007). *Revista Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 109-130, 2012. p. 114.

criação de todas as coisas: “no princípio, o céu e a terra já guardavam mistério entre si”³¹. Além disso, eles apresentam o início da organização comunitária a passagem do paraíso para a transformação de sobrevivência de pessoas na luta pela vida, a qualquer custo, alegando que o crescimento elevado e desordenado do setor industrial, provocados pelos governantes, teria acarretado em Vitória, assim como em outras cidades brasileiras, os processo de migração de pessoas com suas famílias em busca de sobrevivência.³²

Nesse sentido, percebem-se as reiteradas investidas da população menos favorecida, em busca de empregos e moradias para suas famílias, de forma que abandonam seus lugares de origens, aceitando toda e qualquer situação vexatória para serem reconhecidas como cidadãos de direitos. A ausência de políticas públicas de moradias é rotineira no Brasil e, por conseguinte, no Espírito Santo. As políticas habitacionais aconteceram em diferentes períodos no curso da história, com retrocessos e com avanços, consolidando momentos de esvaziamento de programas habitacionais, sobretudo, aqueles propostos aos menos privilegiados da nação.³³

A ocupação na região de São Pedro aconteceu com manifestações de derrubadas e queimas de moradias pela polícia e outras autoridades. É nesse sentido que a escrita, *a priori*, afere-se a centralidade das publicações advindas de Graça Andreatta, citada por Kezia Nunes e Amarildo Neto. Refere-se a uma ex-moradora da comunidade que, com o esposo, Ruy, estabeleceu-se como referência no bairro, tanto na mobilização do movimento comunitário da região Grande São Pedro, quanto na organização dos procedimentos para ocupar o manguezal que deu ascendência à região. A publicação inicial alude um relato, com aparência de denúncia da ocupação, ligada ao início da história de sua vida.³⁴

O livro de poesia, que descreve os acontecimentos da comunidade como inspiração e que versa sobre a produção de Gurgel e Pessali, também citados por Kezia Nunes e Amarildo Neto, pode ser considerado uma fonte necessária, pois, esse livro descreve as ações dos profissionais municipais, dos jornalistas, dos moradores do bairro São Pedro e de pesquisadores na tratativa de ocorrências sociais, históricas, econômicas, políticas e de organização e constituição da região. Por conter análises de contexto diferenciado e demonstrar maior compreensão do objeto, demonstra-se a sua relevância.

³¹ ALMEIDA, Amylton; GOBBI, Henrique. *Lugar de toda pobreza*. Vitória: Unigrafic, 1983. p. 1.

³² ALMEIDA; GOBBI, 1983, p. 1-2.

³³ MONTEIRO, Adriana R.; VERAS, Antonio T. R. A questão habitacional no Brasil. *Revista Mercator*, Fortaleza, v. 16, p. 1-13, 2017. p. 5.

³⁴ NUNES; NETO, 2012, p. 111.

O documentário *Lugar de toda pobreza* concebeu uma importante revelação de condições de vida precária e desumana, renegada aos cuidados do governo, ocorrida no período da ditadura militar, no Brasil.³⁵ Com a divulgação das imagens da região, houve diversas iniciativas mobilizadoras de doações de cestas básicas, roupas e até dinheiro, pela organização Cruz Vermelha. Essas doações contaram com o aval da Prefeitura Municipal de Vitória. A comunidade também teria contado com o apoio financeiro do Vaticano representado pelo Papa, por ocasião de sua visita à região, no ano de 1991, além da participação em outras iniciativas.³⁶

Na região compreendida como *lugar de toda pobreza*, ainda hoje, percebe-se resíduos de violência por drogas, assaltos e assassinatos. No entanto, a comunidade de São Pedro e a Ilha das Caieiras são exemplos de transformação social pelas suas iguarias e visitas turísticas. O desempenho no turismo ocorre, primordialmente, pelo trabalho das mulheres da localidade, com sua culinária, no desfiar do siri, nas típicas tortas e moquecas capixabas, que são feitas na panela de barro. Implementando, entretanto, a valorização e o reconhecimento dos moradores e da região.

O governo do Município de Vitória denomina a região de São Pedro como Região Administrativa 7 – São Pedro em Vitória em dados. No link Vitória em dados, da Prefeitura Municipal de Vitória, esta região constitui-se por diversos bairros, sendo: Comdusa, Conquista, Ilha das Caieiras, Nova Palestina, Redenção, Resistência, Santo André, Santos Reis, São José e São Pedro. A imagem abaixo oferece um mapa para visualização desse território:

Figura 4. Região Administrativa 7: São Pedro – Vitória em dados³⁷



³⁵ NUNES; NETO, 2012, p. 130.

³⁶ NUNES; NETO, 2012, p. 117.

³⁷ GOOGLE MAPS. *São Pedro: Vitória/ES*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

Na década de 80, com base no Arquivo Público Municipal de Vitória, a visão aérea da região de São Pedro apresentava uma povoação desordenada, onde os barracos de madeiras eram construídos em espaços d'aguas, manguezal, etc. Veja a figura abaixo:

Figura 5. Visão aérea da região de São Pedro na década de 80³⁸



A relação da comunidade com o poder público, nas últimas gestões, tem obtido benfeitorias para a população em prol da estrutura física, de lazer, saúde e educação. A composição da região da Grande São Pedro foi permeada por diversas “estratégias” de resistência, “argúcias” sutis e criativas de sobrevivência na povoação da região manguezal, na organização de infraestrutura e na construção de ambientes educativos. Objeto teórico presente em Certeau, implícita na “arte de fazer”, correlacionada à “arte de viver” da comunidade local.³⁹

Charbonneau, ao abordar o cristianismo como “um cristianismo exigente”, afirma o seguinte:

Urge que os cristãos sacudam a poeira de suas mãos para meter-se a construir a nova ordem, a salvação temporal da humanidade, preparatória de sua salvação eterna. Cesse sua escandalosa omissão, sua imobilidade, seu acôrdo tácido com Mamona! Reboe o clamor do Evangelho, que pede justiça para os oprimidos, liberdade para os escravos, pão para os famintos, altivez para os humilhados, esperança para os desesperados! Se o Cristianismo não concretizar esta enorme reivindicação, terá traído sua missão. Os cristãos teriam amordaçado o Filho de Deus e abafado seu Verbo com o pesado murmúrio de suas almas satisfeitas e bem nutridas. *O*

³⁸ PREFEITURA DE VITÓRIA. *Galeria*: arquivo público municipal de Vitória. [s.d.]. [online]. [n.p.].

³⁹ NUNES; NETO, 201, p. 113.

*Cristianismo exigente deve suplantar o Cristianismo acomodado..., que não é cristão!*⁴⁰ [grifo do texto].

Segundo o autor, a missão do verdadeiro cristianismo deve estar identificada com a justiça para os oprimidos, liberdade para os escravos, pão para os famintos, altivez para os humilhados, esperança para os desesperados, de modo que, o indigente se torne cidadão. Nesse sentido, no exercício do aprofundamento no universo pesquisado, identificou-se que, em 1983, ocorreu a intenção e criação, pela IBPC, o funcionamento da FBPC, com sua extensão prática no campo pesquisado.

Contudo, em caracterização breve, a Região Administrativa 7 – São Pedro localiza-se na baía noroeste da capital Vitória/ES, adjunto a um dos canais do estuário do Rio Santa Maria da Vitória, onde sua ocupação surge a partir de 1970 de um grande depósito de lixo.⁴¹ Na atualidade, a região é a sétima mais populosa, oitava em área territorial e a menor em densidade demográfica. Conta com uma infinidade de comércios, escolas, bancos, igrejas e outras organizações públicas e privadas envolvidas no processo de promoção do crescimento econômico e social da região.

Segundo histórico e relatório de atividades da FBPC, ocorrido em 2018:

A região escolhida, Grande São Pedro, era nos anos 70 e 80 um bolsão de miséria, onde imigrantes e diversas partes do país construíram seus barracos (palafitas) para viver em condições precárias, sem serviços básicos de primeira necessidade. Hoje a situação do bairro apresenta melhorias significativas, mas ainda possui um quadro de pobreza, exclusão social e criminalidade muito grande, sendo assim, diante da grande carência material e social das pessoas que vivem na região, a Igreja Batista da Praia do Canto, decidiu colaborar no sentido de atender às diversas necessidades dessa camada da sociedade, lutando para garantir a inclusão social favorecendo o acesso à informação, a sociabilidade, aos direitos sociais e o desenvolvimento da autonomia, levando-os a buscarem a sua própria qualidade de vida. A maioria das crianças da Região Grande São Pedro, vem de famílias muito empobrecidas com dificuldade de acesso a bens e serviços disponíveis na sociedade, isso faz com que tenham uma baixa autoestima porque provem de um meio social onde a perspectiva de um futuro melhor é escassa ou inexistente.⁴²

O contexto social apresentado favorece a implantação do projeto FBPC, onde, de forma impactante, concentra todos os esforços necessários, no sentido de tornar as pessoas cidadãs de direitos, autoconfiantes e potencializadoras. A implantação tem como centralidade a Assistência Social de uma instituição religiosa que atua com uma fundação na denominada Grande São Pedro, com proposta de enfrentamento dos sentidos e efeitos das desigualdades sociais, refletidas no trabalho profissional da Assistência Social com presença física na

⁴⁰ CHARBONNEAU, Paul-E. *Cristianismo, sociedade e revolução*. São Paulo: Herder, 1967. p. 571.

⁴¹ PREFEITURA DE VITÓRIA. *Gerências regionais*: veja os endereços. 16 jul. 2019. [online]. [n.p.].

⁴² FUNDAÇÃO BENEFICENTE PRAIA DO CANTO (FBPC). *Histórico e relatório de atividades 2018*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

comunidade. Além disso, procura apresentar uma missão social e beneficente para uma população que sofre com os descasos de políticas públicas governamentais. Essa postura teria motivado a IBPC a organizar e estruturar a FBPC. O que será analisado no item subsequente.

1.3 Origem e estruturação da Fundação Beneficente Praia do Canto – FBPC

A constituição de uma instituição de caráter social no território brasileiro tem sido recorrente, contudo, muitas dessas organizações sem fins lucrativos são formadas, em muitos casos, sem estruturas legais. Graziela Quintão sinaliza, nesses sentidos, ao dizer que as identidades de resistências, constituídas por intérpretes encontrados “em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”⁴³, enfrentam condições desfavoráveis quanto a suas sobrevivências e resistências por parte dos diferentes princípios impostos por aqueles que se sentem dominadores sociais.

O olhar crítico da IBPC sobre a comunidade da Grande São Pedro, em consonância com sua consciência de missão, suscitou o surgimento da FBPC, que se tornou o *locus* de ação para a transformação da realidade, visando à humanização permanente de cidadãos e cidadãs residentes naquela região. Conforme conceitua Mariângela Camargo, Mery Ueda, Fabiana Suzuki, Ricardo Sakima e Alexandre Ghobril, “ser Terceiro Setor é mais do que assistir os menores carentes. [...] é atuar como agente transformador social. [...] é combater o paternalismo do Estado e o individualismo social”⁴⁴. Neste percurso, dá-se nota do desenvolvimento do Terceiro Setor e permite ponderar como algo que está além do Estado brasileiro e do mercado nacional.

Nessa conjuntura, considera-se que a FBPC esteja inserida como instituição do Terceiro Setor, por se tratar de uma organização sem fins lucrativos, não privada e não estatal, em busca da transformação social. A FBPC constitui-se resultado da visão de um líder que tinha planos voltados para a *práxis* da ação social em comunidades carentes. Trata-se do pastor João Brito da Costa Nogueira, um nordestino que resolveu exercer sua missão em terras capixabas. Ao chegar ao Espírito Santo, em novembro de 1975, ele teria administrado a congregação e, posteriormente, a organização IBPC. Como administrador dessa igreja, presidiu-a por cerca de vinte e um anos.

⁴³ QUINTÃO, Graziela F. *A questão religiosa no trabalho do assistente social: fragmentos de uma investigação na atualidade*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p. 22.

⁴⁴ CAMARGO, Mariângela; UEDA, Mery; SUZUKI, Fabiana; SAKIMA, Ricardo; GHOBIL, Alexandre. *Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Futura, 2001. p. 15.

Em seu relato, o pastor buscou constituir uma fundação com finalidade e caráter beneficente, filantrópico, caritativo, religioso, cultural, artístico, instrutivo, científico, literário, recreativo e esportivo.⁴⁵ Alega-se que não teria finalidades lucrativas e os saldos verificados em balanço anual seriam destinados pelo Conselho Consultivo para as finalidades a que se propõe a FBPC. A dotação inicial, referente ao Artigo 24 do Código Civil Brasileiro, “da Curadoria dos Bens do Ausente”⁴⁶, necessária a constituição da FBPC, se concretizou no valor de CR\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Cruzeiros), integralmente realizada. Outrora, a depositária IBPC, como sócia fundadora, realizou a doação da importância integral da dotação, em 31 de agosto de 1990, em nome da FBPC.⁴⁷

Para o cumprimento do estatuto da fundação, elegeu-se a primeira diretoria, com mandato estabelecido pelo prazo de um ano, com a seguinte formação: João Brito da Costa Nogueira – Presidente; Lauro Gomes Pinheiro – Vice-presidente; Adelaide Helena Izidoro Gomes Peçanha – Primeira Secretária; Márcia de Jesus Pereira – Segunda Secretária; Ernando Abreu – Primeiro Tesoureiro; Jairo Mendes Peçanha – Segundo Tesoureiro. Essa diretoria, após eleita e empossada, teria legitimado a instalação efetiva da FBPC. Após as formalidades, a fundação passou a ser regida à luz do Estatuto da FBPC – Anexo A.⁴⁸

Nesse sentido, a FBPC se configura como uma entidade civil, de caráter social, educacional e esportivo, sem fins lucrativos. Fundada no ano de 1983, pela IBPC, com o desejo de servir aos mais necessitados, preferencialmente, as crianças e adolescentes, todavia, ensejando atender aos jovens e adultos, com iniciativas exclusivas, assim como apoio em parceria de outras entidades civis e governamentais que estiverem ao seu alcance. Na FBPC, ocorre a promoção de atividades que contribuem para o desenvolvimento integral de crianças e de adolescentes em circunstância de vulnerabilidade social. Além do mais, a fundação administra cursos profissionalizantes, em convenio com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC) e Inclusão Produtiva. Além disso, procura expandir em outros projetos em desenvolvimento para melhor servir a comunidade da Grande São Pedro.⁴⁹

A FBPC é um programa que objetiva fomentar atividades que colaborem para o desenvolvimento de habilidades e potencialidades nas crianças assistidas. Igualmente, através

⁴⁵ FUNDAÇÃO BENEFICENTE DA PRAIA DO CANTO (FBPC). *Escritura pública de constituição de fundação*. Vitória: Sarlo, 1990a. [n.p.].

⁴⁶ BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 10.406, de 10 janeiro de 2002*. [Institui o Código Civil]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

⁴⁷ FBPC, 1990, [n.p.].

⁴⁸ FBPC, 1990, [n.p.].

⁴⁹ FBPC, 2018, [n.p.].

de práticas como música, *hip hop*, coral, *skate*, esportes de quadra, teatro e *jiu-jitsu*, as crianças, adolescentes e jovens desenvolvem seus aspectos, artísticos, culturais, motores e cognitivos.⁵⁰

São diversas as ações realizadas para o favorecimento do desempenho escolar como, por exemplo, o reforço escolar que busca melhorar o ensino aprendido da criança, e outras mais que serão apresentadas no terceiro capítulo desta pesquisa. Além disso, vale ressaltar a abrangência de ampliação da autoestima e o fortalecimento das junções familiares, dentre elas, a participação da família nos processos por meio de reuniões, festas, comemorações e atendimentos individuais. Nesses encontros, são abordados diariamente temas como cidadania, saúde, convivência e meio ambiente. São temas adicionados aos períodos das oficinas.

Outro projeto destaque na FBPC é o projeto Portas Abertas FBPC, que objetiva abrir literalmente as portas para a comunidade da Grande São Pedro, proporcionando opções para o exercício do esporte e lazer de maneira segura e saudável. Distinto ao período de atendimento das crianças, suas atividades ocorrem em horários alternativos. O projeto Adote uma Casa FBPC,⁵¹ tem a parceria da Universidade de Vila Velha (UVV), com a finalidade de atendimento às necessidades adicionais de habitação. Por meio de concretização e profissionalismo, objetiva, inicialmente, colaborar para que as famílias que estão vivendo em situações de extrema vulnerabilidade social possam obter melhor qualidade de vida.⁵²

A Formação Profissional é um projeto que dá oportunidades para jovens e adultos que vivem na comunidade da Grande São Pedro, para realizar variados cursos de aprimoramento profissional, numa parceria SENAI/SESI e outras instituições educacionais. Este projeto contempla centenas de famílias, gerando, oportunidades para conseguirem emprego e qualidade de vida familiar. Outros cursos como pedreiro, pintura, informática, corte e costura e outros, são oferecidos gratuitamente. As assistências propostas buscam superar alvos para atender mais de 120 (cento e vinte) crianças por dia; contemplar mais de 60 (sessenta) famílias por ano; concretizar mais de 7500 (sete mil e quinhentas) horas de oficinas por ano; e fornecer mais de 44000 (quarenta e quatro mil) refeições por ano.⁵³

A FBPC contribui para alcançar Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre os quais estão: 1 Erradicação da Pobreza; 2 Fome zero e agricultura sustentável; 3 Saúde e bem-estar; 4 Educação de qualidade; 10 Reduções das desigualdades; 15 vida

⁵⁰ FBPC, 2018, [n.p.].

⁵¹ FBPC, 2018, [n.p.].

⁵² FBPC, 2018, [n.p.].

⁵³ FBPC, 2018, [n.p.].

terrestre; 16 Paz, justiça e instituições eficazes; 17 Parcerias e meios de implementação.⁵⁴ Observe a imagem a seguir:

Figura 6. Nós contribuimos para o alcance dos seguintes (ODS)⁵⁵



Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 15/12/2021.

Desde sua ocupação, a região demonstra dependência de cuidados do Governo Municipal, da iniciativa privada, assim como de organizações não-governamentais para que a miséria e a extrema pobreza sejam estancadas. Conforme os dados socioeconômicos demonstrados na figura 2, onde se encontra a Região de São Pedro, constituída por dez bairros e uma área territorial de aproximadamente quatro milhões de metros quadrados. Mas, vale observar, também, a próxima imagem:

⁵⁴ FBPC, 2018, [n.p.].

⁵⁵ Adaptado de: FBPC [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

Figura 7. Região Administrativa 7: São Pedro - Dados socioeconômicos⁵⁶

<i>Indicadores</i>	<i>Dados</i>
Número de bairros	10
Área (m ²)	3.605.579
População (2010)	33.746
Densidade demográfica (hab/km ²)	1.942
Número de domicílios (2010)	9.954
Renda média R\$ (2010)	508,84
Atividades econômicas (2012)	4.715

Os indicadores socioeconômicos demonstram a necessidade de atenção e de cuidados – o cuidado de estar na natureza, assim como na constituição do ser humano – constituindo, tanto por parte do poder público como do privado, por influência de instituições do Terceiro Setor, como o caso da FBPC.

A constituição da FBPC, embora tenha sido oficializada em 1983, se concretiza em 24 de setembro de 1990, comprovadamente, pelo seu Estatuto – ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO BATISTA DA PRAIA DO CANTO. O Capítulo I, Artigo 4º, manifesta-se com finalidade de empreender projetos com seguintes objetivos:

- a) centro de assistência social; b) núcleos recreativos e culturais; c) livrarias, bibliotecas, discotecas, mapotecas, filmotecas e afins; d) centros de saúde, hospitais, ambulatórios, clínicas, laboratórios e congêneres; e) núcleos formativos profissionais e afins; f) creches, maternal, jardim de infância; g) escolas de 1º e 2º grau e de nível superior; h) conservatório musical e afins; i) emissoras de rádio e de televisão; j) gravadora, estúdios, editoras, impressoras, gráficas e congêneres; l) orfanatos, asilos e afins; m) manter programas de rádio e televisão, e usar todos os meios de comunicação para realização dos seus objetivos.⁵⁷

Constata-se que a escritura pública de constituição da FBPC, em conformidade com seu Estatuto, realizada aos vinte e quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa, no Cartório Sarlo, localizado na Capital Vitória, Estado do Espírito Santo, demonstra a capacidade institucional de oferecer orientação religiosa, assim como assistência social a comunidade em epígrafe como as que estão em seu entorno. Esta pesquisa se empenha na

⁵⁶ PREFEITURA DE VITÓRIA, 2019, [n.p.].

⁵⁷ FUNDAÇÃO BENEFICENTE DA PRAIA DO CANTO (FBPC). *Estatutos da Fundação Beneficente da Praia do Canto*: livro 33. Vitória: Sarlo, 1990b. p. 217-223.

busca de uma compreensão de qual seria o impacto, a influência, os axiomas oferecidos por parte da religião ao trabalho do Assistente Social em instituição do Terceiro Setor.

Pensar que a cidadania inclui direitos civis, políticos e sociais para toda e qualquer pessoa, e como tal, é um desafio que o Terceiro Setor, vem buscar promover uma nova percepção de mundo. No entanto, um dos aspectos que a religião exerce é o de trazer sentido para a existência, e de oportunizar o exercício de uma cidadania plena por parte dos cidadãos e cidadãs, e que o faça como pertencente ao meio em que está inserido.

Analisar, pois, uma instituição como a FBPC é olhar para iniciativas que ela tem repassado a comunidade do bairro São Pedro e seu entorno, e perceber o quanto de significado social ela tem trazido para as crianças, os/as adolescente e os/as jovens, carentes ou não, da região, inclusive para as famílias, de modo geral, que completam essa composição estrutural. A busca através do estudo de caso proposto, observando os fatos reais e as histórias dessas pessoas, que, de alguma maneira, foram e estão sendo beneficiadas pelo trabalho de profissionais do Serviço Social, reitera o compromisso da religião e, porque não dizer, da igreja, com a redução de carência de políticas da assistência social.

Portanto, este primeiro capítulo objetivou apresentar a instituição IBPC como responsável pela criação de uma instituição que se insere como organização do Terceiro Setor, objetivando promover políticas de assistência social, em uma comunidade carente, como o caso da Região de São Pedro em Vitória/ES. A FBPC, oriunda da IBPC, foi descrita com toda sua documentação legal para nortear a necessidade de ação do Serviço Social no acesso a melhor qualidade de vida. Nesse sentido, o estudo avança para um novo capítulo, onde busca refletir sobre o Serviço Social no Terceiro Setor, com suas legislações e posições de pensadores nas temáticas.

2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

O presente capítulo visa considerar o perfil das instituições que se configuram no Serviço Social e no Terceiro Setor, atuantes na área da assistência social. Para melhor compreensão desse objeto, inicialmente, será feita uma exposição do Terceiro Setor e das instituições sociais, seguida de um estudo das instituições do terceiro setor que atuam na área da assistência social e seus principais aspectos. O Terceiro Setor e as instituições atuantes na área da assistência social estarão expostos a partir de revisão bibliográfica, suscitados em livros, artigos e outras obras contidas nas plataformas de pesquisa acadêmica e documental e/ou plataformas do Executivo Nacional.

Udo Tworuschka explicita essa consideração ao relacionar a CPR como uma modalidade onde possa intervir, imprescindível do fenômeno religioso, nas áreas “política social, mediação, ciência política, estudos de conflitos, planejamento familiar, bioética, migração, gestão, relações internacionais, religião, direito, economia, ética profissional e ética transcultural”⁵⁸.

As relações do Serviço Social e do Terceiro Setor são norteadoras de Políticas Sociais e de Gestão Social que culminam na Assistência Social. Nesse sentido, entende-se a relevância desse estudo, que permitirá uma abordagem de forma ampla sobre a temática do Serviço Social, do Terceiro Setor e das instituições sociais que agem na área da Assistência Social, contribuindo, de forma direta, para a temática em análise. Além disso, de maneira que a forma multidisciplinar venha contribuir para melhor compreensão da Política Social, Ciências Sociais, Ciências das Religiões, Gestão Pública, dentre outras disciplinas abrangente da área.

2.1 O Serviço social e o Terceiro Setor

Historicamente, no Brasil, o Terceiro Setor atua realizando serviços na área da assistência social. Desde a Constituição Federal de 1988 (CF88), as instituições do Terceiro Setor prosseguem inclusas na rede socioassistencial e são possibilitadas a implementar programas, serviços, projetos e benefícios da Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC), Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC) e Proteção Social Básica (PSB). Estabelecidos desde a CF88, os marcos legais contribuíram para a

⁵⁸ TWORUSCHKA, Udo, 2013 *apud* ROCHA; RIBEIRO, 2019, p. 196.

regulamentação do Terceiro Setor na área de assistência social, bem como para a profissionalização e para o reordenamento dessas instituições. Nesse sentido, houve um avanço na implementação do público-alvo, dos serviços ofertados, da definição de uma equipe mínima, da regularidade da oferta dos serviços e da celebração de diversos convênios.

Conforme Jussara Ayres Bourguignon, a abordagem do tema para o Serviço Social é de suma importância, pois tem como meio de construção um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento.⁵⁹ De acordo com Yolanda Guerra, “mais do que uma postura, o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais”⁶⁰. Entende-se que a representação das instituições do Terceiro Setor, que atuam na área da assistência social, é importante para o serviço social, pois, trata-se de um tema dispendioso à profissão. Tendo em vista que o Terceiro Setor, historicamente, teria implementado a assistência social.

Por outro viés, a construção do Terceiro Setor no Brasil acontece em uma perspectiva histórica e profissional, como um termo sociológico utilizado para definir as organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos, que prestam serviços de caráter público. No Brasil, assim como no restante do mundo, a sociedade é dividida em três setores: o primeiro consiste nas instituições estatais, comandadas pelo governo municipal, estadual e federal, e que administram os bens, os serviços públicos e representam, portanto, as ações do Estado. O Segundo Setor, por sua vez, corresponde às empresas e ao capital privado, cujos recursos são empregados em benefício próprio, visando alcançar fins lucrativos. O terceiro setor consiste em um amplo e diversificado conjunto de instituições como fundações, associações comunitárias, organizações não governamentais, entidades filantrópicas e outras, que são iniciativas privadas, porém, sem fins lucrativos, que atuam em prol do bem comum e da cidadania.

No Brasil, o terceiro setor iniciou no século XVI, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos, em 1543. Desde a sua criação, até os dias de hoje, a instituição presta apoio assistencial e hospitalar, sendo, assim, a primeira referência histórica de uma entidade do Terceiro Setor no Brasil. As também chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), apesar de não visarem retorno financeiro, precisam operar projetos com eficiência para fidelizar e expandir

⁵⁹ BOURGUIGNON, Jussara A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, p. 46-54, 2007. p. 53.

⁶⁰ GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *Revista Serviço Social*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2009. [online]. p. 3.

os doadores, sejam pessoas físicas, entidades do primeiro ou do segundo setor, garantindo a permanência e a extensão dos impactos positivos gerados à sociedade.⁶¹

A gestão administrativa da FBPC está intimamente ligada aos preceitos do campo de estudo da administração. Para Idalberto Chiavenato, a administração trata do planejamento, da organização – estruturação –, da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorram dentro de uma organização. As organizações, no que diz respeito a sua natureza e sua atuação no contexto socioeconômico, vêm sendo comumente enquadradas no primeiro setor, referente a instituições vinculadas ao poder público de modo geral, no segundo setor, onde estão situadas as empresas da iniciativa privada, e o terceiro setor, que engloba organizações cuja função é, resumidamente, preencher uma lacuna deixada pelo estado na promoção da justiça e da igualdade social, preservação do meio ambiente, desenvolvimento inclusivo, educação, saúde e demais atividades, visando o bem comum.⁶²

Também chamadas OSCIPs, ONGs, organizações sem fins lucrativos, dentre outras nomenclaturas, as entidades do terceiro setor têm em comum a utilização de recursos públicos ou privados para a promoção do bem-estar social, baseando suas atividades em projetos voltados a suprir deficiências na atuação do estado.⁶³ Embora o termo ONG tenha sido utilizado na década de 1940, pela ONU, para designar diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público no Brasil, a expressão se referia, principalmente, às organizações de “Cooperação Internacional”, formada por Igrejas (católica e protestante), organizações de solidariedade, ou governos de vários países. Essas organizações priorizavam a ajuda às organizações e aos movimentos sociais nos países do Sul, no intuito de “consolidar a democracia”⁶⁴.

O crescimento econômico teria sido o fator influenciador para o desenvolvimento dessas comunidades latino-americanas. Nas palavras de Aline Machado:

Essa perspectiva de desenvolvimento de comunidade surge na América Latina como parte de uma estratégia mais ampla do sistema capitalista, que buscava a superação da pobreza, do atraso e subdesenvolvimento do chamado ‘Terceiro Mundo’. Trata-se do ‘Nacional Desenvolvimentismo’ (1930-1964), cujas políticas desenvolvimentistas eram propugnadas por organismos internacionais como: ONU,

⁶¹ CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 423.

⁶² CHIAVENATO, 2004, p. 424-428.

⁶³ CHIAVENATO, 2004, p. 428.

⁶⁴ COUTINHO, Joana. As ONGs: origens e (des) caminhos. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 57-65, 2005. p. 57.

OEA, CEPAL, BID, FMI, visando o progresso e a modernização da sociedade, sobretudo pela via do crescimento econômico.⁶⁵

A expressão ONG se origina, inicialmente, do termo denominado ONGDs, designado como Organizações Não-Governamentais, transferido das agências de financiamento ONSGs do primeiro mundo e reconhecido, anteriormente, também, como “Centros Populares”. Victor Ferreira, ao referenciar ao Rubem Cesar Fernandes e Thomas Miguel Pressburger, afirma o seguinte:

No Brasil, o surgimento das ONGs costuma ser relacionado à falta de representações legítimas dos movimentos sociais no período da ditadura militar pós 1964, período em que os partidos políticos estavam desfigurados e os sindicatos dominados por pelegos. Elas teriam surgido, de acordo com essa concepção, porque o povo, na carência de suas entidades representativas, buscou meios alternativos de representação. Na década de 1970 ocorreu um significativo fortalecimento das associações de moradores, que buscavam organizar demandas da população junto ao estado. A atuação dessas associações contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura de ação não governamental, que favoreceu o rápido crescimento e diversificação das ONGs que se observou nas décadas seguintes.⁶⁶

No intuito de contrapor o conceito hegemônico de Terceiro Setor como uma construção ideológica e reproduzindo uma análise conceitual do fenômeno real, intrínsecas no movimento e nas tendências das variações do capital, em sua totalidade, Carlos Montaña, em sua obra, *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social* define o terceiro setor com o seguinte argumento:

Assim, o que os autores chamam de ‘terceiro setor’, nem é *terceiro*, nem é *setor* – numa segmentação do social entre Estado, mercado e sociedade civil autônomos –, nem refere às *organizações* desse setor – ONGs, instituições, fundações e outros. Na verdade, no lugar deste termo, o fenômeno real deve ser interpretado como *ações que expressam funções a partir de valores*. Ou seja, as *ações* desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as *funções* de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos *valores* de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços). Isto é, se não ficou ainda claro: o chamado ‘terceiro setor’ representa uma *denominação equivocada* para designar um *fenômeno real*. Por ser um termo equivocado – e isto não é um acidente teórico –, leva a pensar este fenômeno como sendo as *organizações da sociedade civil* e, portanto, conduz a uma desarticulação do real que propicia maior aceitação do fenômeno em questão: em lugar das organizações do Estado

⁶⁵ MACHADO, Aline. *Organizações não-governamentais-ONGs: trajetórias, concepções e práticas em educação popular*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. p. 44.

⁶⁶ FERREIRA, Victor. *ONGs Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento*. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2005. p. 44.

(burocrático e ineficiente) ou do mercado (lucrativo) para responder às demandas sociais, as organizações da sociedade civil assumem essa tarefa.⁶⁷

Percebe-se que a oposição do autor se encontra em possíveis espertezas ideológicas do axioma neoliberal em uma substituição do termo “sociedade civil”, criado como conceito gramsciano, em contraste a uma noção vaga de “terceiro setor”, construída pela luta de classes. Ou seja, sujeita a arriscadas implicações políticas, por estar aquém dos encargos do Estado e do mercado.⁶⁸ Outra direção sinaliza para evidências totalmente assistencialistas trilhadas de formas inconstantes. Veja:

Desde o surgimento do conceito, dadas as diferentes definições, a natureza das suas intenções, formatos jurídicos e características intrínsecas à obtenção de meios para garantir a sua sobrevivência [...], as organizações pertencentes ao Terceiro Setor no Brasil estão inseridas em um cenário ora de avanços ora de retrocessos nos aspectos relacionados à legislação, gestão e captação de recursos em um caminho tortuoso trilhado ao longo de sua história. O Terceiro Setor no Brasil teve as primeiras evidências de atividades relacionadas a ele com a criação da Santa Casa de Misericórdia, de cunho totalmente assistencialista, por Brás Cubas em 1543 (IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 2012). Mais tarde, a partir do regime ditatorial militar brasileiro, surgem os movimentos sociais contrários à conjuntura política de repressão às liberdades sociais.⁶⁹

Destarte, o autor segue afirmando que a criação legal do Terceiro Setor, correlacionada às OSCIPs, se faz relevante em diversos segmentos da sociedade. Ou seja:

No final da década de 1990, foi promulgada a chamada Lei do Terceiro Setor, a qual criava a qualificação denominada Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as OSCIPs [...], cuja certificação dava às organizações da sociedade civil acesso a novos recursos por meio de um Termo de Parceria entre elas e o Poder Público para suas finalidades, assumindo obrigações de transparência administrativa. Desde então, o Terceiro Setor é tido como um tema de notória relevância no âmbito dos diversos segmentos da sociedade civil, da academia, como também do primeiro e segundo setores. Entretanto, ainda há muitas dúvidas com relação aos relacionamentos entre algumas dessas organizações e as esferas governamentais, no que se refere à transparência para utilização do dinheiro público e privado [...]. Também não há um consenso quanto à capacidade e a forma de capacitação dos gestores para administrá-las de tal forma a gerar os resultados esperados pelas agências e órgãos investidores [...]. E, ainda que o Marco Legal tenha legitimado algumas das reivindicações da sociedade, a maioria das organizações do Terceiro Setor parece não demonstrar interesse nos benefícios apresentados pela legislação e se coloca em oposição ideológica ao governo [...]. Não obstante esse percurso instável, a complexidade social que se apresenta frente à crescente urbanização e, conseqüentemente, aumento de carências e desigualdades sociais é um viveiro para a proliferação das denominadas Organizações Não Governamentais (ONGs) e sem fins lucrativos. Contudo, nos últimos anos, observa-se um decréscimo na criação de

⁶⁷ MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 184.

⁶⁸ MONTANO, 2010, p. 184.

⁶⁹ OLIVEIRA, Eider; GODÓI-DE-SOUZA, Edileusa. O Terceiro Setor no Brasil: avanços, retrocessos e desafios para as organizações sociais. *Revista Rigs*, Salvador, v. 4, n. 3, p. 181-199, 2015. p. 2.

novas Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos, segundo pesquisa publicada pelo IBGE.⁷⁰

Ao buscar compreender os conceitos e as relações que se constituem entre Igreja, Responsabilidade e Terceiro Setor, faz-se necessário distinguir as abordagens científicas, públicas e socializadoras que, ao longo da história, foram sendo edificadas neles na convicção de que poderá haver Política Social de qualidade em organizações do Terceiro Setor com envolvimento de profissionais da igreja e da comunidade local. Dentre os estudiosos, Dinair Leal da Hora admite esse conceito ao considerar que:

A reflexão a respeito dessas considerações, conclui que a educação ao sintonizar-se com a promoção social e intelectual das camadas populares, prepara cidadãos que resistem à submissão realizada por projetos impostos de fora e de cima, que não se permitem instrumentalizar pelo mercado. Ao contrário, fazem-se portadores de uma concepção de democracia que institui sujeitos políticos ativos e capazes de responsabilidades sociais, de reinventar o mundo e recriar um Estado realmente público.⁷¹

Na compreensão dessa narrativa, entende-se que o desenvolvimento da responsabilidade social, em busca de boa qualidade de vida, está nas práxis dos atores profissionais, como também das organizações e dos sujeitos políticos ativos e apropriados de responsabilidades sociais envolvidos para o bem-comum. Uma percepção que promove oportunidades, no campo social religioso, para o desenvolvimento de ações que efetivamente edificam-se com a participação dos sujeitos, no seu sentido integral, defendido por construir cidadãos capazes de alcançar melhor qualidade de vida.

Maria Tavares assinala que, a partir da Constituição Federal de 1988, comprova-se o fortalecimento dos direitos humanos e, por conseguinte, o tema dos direitos sociais. Consequência do procedimento de redemocratização do Brasil, que acabara de desprender-se da ditadura militar.⁷² Estendido na década de 80, esse período de redemocratização, não somente no Brasil, mas em todo mundo, nomeou a década de 80 como a década dos enfrentamentos pela redemocratização, em todo o planeta. Trata-se de um momento na história do país considerado como um período de insistência por mais liberdade, democracia e máxima participação do povo, de modo geral, com conquistas importantíssimas em curto prazo.

⁷⁰ OLIVEIRA; GODÓI-DE-SOUZA, 2015, p. 2.

⁷¹ HORA, Dinair L. Educação e gestão educacional na sociedade brasileira contemporânea: algumas reflexões. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 1-13, 2003. p. 2.

⁷² TAVARES, Maria G. M. *Gestão Democrática do Ensino Público: como se traduz este princípio?* Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1990. p. 13.

No processo de luta por um país democrático e pelos direitos sociais, assim como por uma política social de qualidade, a participação popular apresentou uma função fundamental, uma vez que, através das lutas e das exigências, a gestão democrática teria alcançado às instituições do terceiro setor, tornando o processo pedagógico e participativo. O termo *gestão*, por si só, se distancia do conceito compreendido como comando autoritário e burocrático, devido ser um vocabulário com significado de brotar, germinar. O que sugere uma nova forma de administração regulada no diálogo, na comunicação e na democracia. Segundo Naura Ferreira, “gestão é a administração, é tomada de decisões, é organização, é direção [...] este princípio, entretanto, não é intrínseco à gestão como concebida na administração clássica, mas são princípios sociais”⁷³.

A gestão democrática, como princípio social nacional, presença obrigatória em instituições e organizações sociais mantidas pelas administrações públicas, é a forma dialogal e participativa com que a comunidade se capacita para levar a termo um projeto social de qualidade, e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais comprometidos. Assim, a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização.

Bruno Costa, discorrendo sobre as políticas sociais brasileira, afirma que “há políticas sociais categoriais cujos programas são criados para atender a categorias especificadas [...]. No Brasil, as políticas sociais vinculam-se essencialmente às condições econômicas, políticas e sociais pelas quais o país vem passando”⁷⁴. O autor acende para a alusão de Maria Piana, que considera que as políticas sociais ora são como expedientes de gerenciamento da força de trabalho, ora como concessão das elites dominantes, ora como dispositivo de garantia do progresso do patrimônio ou dos direitos do cidadão.⁷⁵ Como força de trabalho, as políticas sociais, implementadas em organizações do Terceiro Setor, tendem a garantir os direitos aos cidadãos. No próximo item, será abordada a questão da responsabilidade social e os direitos sociais.

⁷³ FERREIRA, Naura. Gestão Democrática da Educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia S. C. (orgs.). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 306.

⁷⁴ COSTA, Bruno M. *Ressocialização mediada pela assistência religiosa: direito dos encarcerados no sistema penitenciário*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2018. p. 37.

⁷⁵ FALEIROS, 1991, p. 8 *apud* PIANA, Maria C. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. [online]. p. 21.

2.2 Responsabilidade social e os direitos sociais

A responsabilidade social surgiu como uma ação imperativa do assistencialismo apresentado pela igreja católica em forma de profissionalização da caridade, embora alguns estudiosos do Serviço Social queiram se opor a esse conceito. Contudo, ascende-se as justificativas legais, atribuídas pelos direitos sociais, no Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, requerido pela Igreja Católica, em 1979, no Congresso da Virada, momento em que o profissionalismo do Assistente Social foi colocado em vigor. A responsabilidade social e os direitos sociais estão relacionados à implantação das organizações do Terceiro Setor.

Mário Alves, ao fazer referência à obra de David Smith, publicada em 1991, norteia o conceito de Terceiro Setor da seguinte maneira:

O termo terceiro setor começou a ser utilizado nos Estados Unidos da América por volta dos anos de 1970 para identificar um setor da sociedade no qual atuavam organizações sem fins lucrativos. As instituições, em sua maioria, eram voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos [...]. Porém, sem unanimidade entre os autores, o termo ‘Terceiro Setor’ passou a ser menos usado nos anos 1980.⁷⁶

Existiram outros termos utilizados como sinônimos de Terceiro Setor, tais como: setor de caridade; filantropia ou setor filantrópico; setor independente; setor voluntário; economia social; organizações não-governamentais e suas especificidades. Cada um dos termos tem significados diferentes, contudo, o mais conhecido seria o último mencionado.⁷⁷ Maria Gohn define o terceiro setor como um complexo diferenciado e contraditório. A autora chega a compará-lo com um *Frankenstein* grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. Ou seja, há um caráter ético-político contraditório, por parte do Terceiro Setor, e, por isso, Gohn afirma que “é contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras”⁷⁸. Para ela, o terceiro setor:

Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com

⁷⁶ ALVES, Mário. Terceiro setor: as origens do conceito. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), VI, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: ENANPAD, 2002. p. 1-15. [pdf]. [online]. p. 1-2.

⁷⁷ A ideia de um “Terceiro Setor” supõe um “primeiro” e um “segundo”, e nesta medida faz referência ao Estado e ao mercado. O Estado é o governo. O mercado é o capital. Assim, o Terceiro Setor não é nem governamental, nem lucrativo. Saiba mais em: FERNANDES, Rubem C. *Privado porém Público*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 62.

⁷⁸ GOHN, Maria G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, Londrina, v. 5, n 1, p. 11-40, 2000. p. 22.

justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatório, estruturados segundo ações estratégico-rationais pautadas pela lógica do mercado.⁷⁹

Assim, por mais que seja contraditório e estejam de lados opostos, todos possuem um direcionamento em designação da cidadania e um agrupamento homogêneo. O perigo está em tratar o tema terceiro setor sem contemplar as suas diferenças. Desta forma, Maria Gohn aponta:

Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania. Os estudiosos do tema que tratam o terceiro setor como um bloco homogêneo, sem contemplar suas diferenças, acabam sendo induzidos ao erro, à simplificação e estigmatização, fazendo uma leitura reducionista de sua realidade. Assim, vários autores veem o terceiro setor negativamente, como mais uma forma de exploração da força de trabalho, uma resposta das elites à organização e mobilização sindical e popular dos anos 80, parte das estratégias neoliberais para desobrigar o Estado de atuar na área social. Outros autores, carregam no otimismo acrítico. Proclamam que o terceiro setor é algo realmente novo. Atribuem seu crescimento à falência das políticas estatais na área social, porque o Estado só saberia atuar no nível macro, não conseguindo penetrar nas microesferas da sociedade (respaldando, assim, as teses do ‘Estado mínimo’); as políticas públicas necessitariam de mediadores para serem efetivas e as entidades do terceiro setor seriam essa mediação. Atuando no nível do poder local, o terceiro setor estaria contribuindo para o desenvolvimento de novas formas de associativismo.⁸⁰

As posições aqui apresentadas tendem a analisar o objeto a partir de um ponto, isto é, percebe-se a assertividade de Maria Gohn ao descrever o Terceiro Setor como “heterogêneo”. Nesse sentido, ela propõe uma natureza desigual e ajeta a diferença em sua estrutura, função e distribuição. Na década de 1980, nas ONGs, percebiam-se, em percentual maior, matrizes cristãs ou humanistas. Porém, em alguns casos, constatou-se a presença da inspiração socialdemocrata. No Brasil, tendia-se para uma relação com outras ONGs, com sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, igrejas (católicas e protestantes) e com empresas.⁸¹ Esses movimentos lutavam por direitos sociais, justiça e outras pautas empreendidas pela sociedade civil organizada e incluía a luta por direitos sociais, inclusive no campo da assistência social.

A CF88 tornou em direito algumas das reivindicações feitas por esses movimentos. Como parte dessas lutas, o terceiro setor e demais sujeitos políticos lutaram para que a assistência social se tornasse um direito do cidadão e um dever do Estado, sendo incluída com a promulgação, em 05 de outubro de 1988, no tripé da Seguridade Social, Art. 194, junto com

⁷⁹ GOHN, 2000, p. 22.

⁸⁰ GOHN, 2000, p. 22.

⁸¹ GOHN, 2000, p. 27.

as políticas de saúde e de previdência social.⁸² Assim, esperava-se que, ao longo dos anos 90, as políticas sociais, especialmente a assistência social, pudessem ser implementadas. Mas, ao invés disso, o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu o Programa Comunidade Solidária, em 1995, como uma estratégia de enfrentamento da pobreza. Tal programa substituiu os extintos órgãos da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA).

Contudo, o Programa Comunidade Solidária manteve o caráter focalista – como uma visão inclusa do Serviço Social – e pontual, através da adoção de uma política social, voltada ao atendimento dos bolsões de pobreza, em oposição a Seguridade Social – universalização.⁸³ Nesta mesma direção, Perry Anderson suscita a gravidade polêmica contra a regulação social imposta pelo Ocidente, como concorrência substitutiva de uma prosperidade de todos, argumentando que “a desigualdade era um valor positivo”⁸⁴. Em conformidade, diversas ONGs do Terceiro Setor já não apresentam um perfil ideológico definido. Falam em nome de um pluralismo defendido por políticas de parcerias entre o setor público e as entidades privadas sem fins lucrativos e o alargamento do espaço público não estatal.⁸⁵

O cenário dos anos 1990, no Brasil, teria sido marcado pelo avanço do neoliberalismo.⁸⁶ As ideias neoliberais teriam saído do papel no período conhecido como pós-guerra, em 1970. O mundo capitalista avançado teria caído em uma longa e profunda recessão, combinado, pela primeira vez, com baixas taxas de crescimento e com altas taxas de inflação.⁸⁷ Os autores neoliberais atribuíam a crise ao poder excessivo dos sindicatos, a sua pressão sobre os salários e aos gastos sociais do Estado.⁸⁸

De acordo com Anderson, o remédio para essa crise era claro: “manter um estado forte, em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco para os gastos sociais e nas intervenções econômicas”⁸⁹. Nesse sentido o projeto neoliberal começaria a ser assumido pelo Estado conforme aponta Bhering:

⁸² BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

⁸³ RESENDE, Luis F. *Comunidade solidária: uma alternativa aos fundos sociais*. Brasília: Serviço Editorial, 2000. p. 22.

⁸⁴ ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 11.

⁸⁵ GOHN, 2000, p. 26.

⁸⁶ ANDERSON, 1995, p. 9.

⁸⁷ ANDERSON, 1995, p. 11.

⁸⁸ BEHRING, Elaine. *Fundamentos de política social: programa de capacitação continuada para assistentes sociais*. Brasília: CSSPS, 2000. p. 10.

⁸⁹ ANDERSON, 1995, p. 11.

Para Bresser Pereira, esse é um Estado social-liberal porque está comprometido com a defesa e a implementação dos direitos sociais definidos no século XIX, mas é também liberal porque acredita no mercado, porque se integra no processo de globalização em curso, com o qual a competição internacional ganhou uma amplitude e uma intensidade historicamente nova, porque é resultado de reformas orientadas para o mercado.⁹⁰

A CF88, garantindo direitos civis, políticos e principalmente sociais, caminhava em sentido contrário a outros países do mundo, que seguiam a tendência de reduzir direitos e garantias sociais e realizar uma profunda reforma de cunho neoliberal. De tal modo, os autores críticos apontam que, desde a década de 1990, vive-se no Brasil a reforma do Estado, a chamada contrarreforma, com fortes tensões e impactos no campo dos direitos sociais, a precarização do trabalho, sucateamento do Estado, e conseqüentemente, aprofundamento da questão social.⁹¹

Joseane Soares Santos afirma que, a partir dos anos de 1990, propagou-se a ideologia de que a economia brasileira era fechada e precisava ser aberta para modernizar-se.⁹² Ou seja, defendia-se um Estado liberal que para ser aprofundado precisava primeiro ser sucateado.⁹³ O movimento de sucateamento do Estado se dá, principalmente, através de transferência de recursos e de responsabilidades e atividades para instituições privadas. As políticas de desativação de atividades do Estado e a transferência para os setores da iniciativa privada encontraram, em muitas entidades sociais do terceiro setor, interlocutores ávidos em implementar as novas orientações.

De acordo com Maria Gohn, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, as ONGs militares passaram a enfrentar um dilema: participar ou não das novas políticas sociais estimuladas pelo Estado.⁹⁴ Uma vez que até então elas, em sua maioria, eram contra o Estado.

Maria Gohn ainda argumenta que, nos anos 2000, alteraram-se os discursos das ONGs. Em suas palavras:

Passando-se a enfatizar as políticas de parceria e cooperação com o Estado, destacando-se uma nova era onde não se trata mais de dar costas ao Estado ou criticá-lo; mas de alargar o espaço público no interior da sociedade civil, democratizar o acesso dos cidadãos as políticas públicas e contribuir para a

⁹⁰ BEHRING, Elaine. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 173.

⁹¹ FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. (orgs.). *Neoliberalismo e setores dominantes: tendências globais e experiências nacionais*. Buenos Aires: Clacso, 2016. p. 186.

⁹² SANTOS, Josiane S. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 67.

⁹³ O processo de sucateamento do Estado não será abordado no texto, pois não se trata do objeto, contudo. Segundo Montañó, os três pilares do neoliberalismo são: a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas; a reestruturação produtiva; e a contrarreforma do Estado. Confira: MONTAÑO, 2010, p. 185.

⁹⁴ GOHN, 2000, p. 26.

construção de uma nova realidade social, criando canais de inclusão dos excluídos do processo de trabalho. [...] As ONGs através do terceiro setor, entraram para a agenda das novas políticas sociais. [...] As associações do terceiro setor passaram a ocupar o papel que antes era desempenhado pelos sindicatos e pelos partidos políticos.⁹⁵

Contudo, tornava-se necessário a jurisprudência para tais ações, ou seja, as legislações que amparassem a atuação do Terceiro Setor. O movimento de construção de uma jurisprudência perpassa pelas leis, dentre elas: as leis nº 9.637/98, nº 9.790/99, nº 12.101/09 e o Decreto Legislativo nº 3.100/99 e o novo marco dado pela lei nº 13.019/2014. Para compreender melhor esse assunto, aborda-se sobre esse marco normativo a seguir.

A CF 88 incorpora os direitos e as garantias fundamentais – Art. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º. Esses expressam as principais *armas* daquilo que é conhecido como o maior instrumento jurídico brasileiro, isto é, a Constituição Federal. O Art. 6º estabelece os direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.⁹⁶

Segundo a CF88, Art. 194, o direito à assistência social se constitui como parte da seguridade social. Esta última pode ser compreendida como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”⁹⁷. As ações do poder público, na área da assistência, seguem as diretrizes que norteiam o processo, elencadas no Art. 204 da seguinte forma: descentralização político-administrativa e participação popular. Em relação aos recursos, o Art. 204 da CF88 estabelece que “as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes”⁹⁸.

Contudo, a transferência de serviços da responsabilidade do Estado para o Terceiro Setor vem acompanhada de financiamento. Assim, tornou-se necessário separar as instituições e qualificar aquelas aptas a prestarem serviços para o Estado. A Lei Federal 9.637/1998 concedeu ao Poder Executivo autoridade para “qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos”⁹⁹. A estas, podem “ser destinados recursos

⁹⁵ GOHN, 2000, p. 28-30.

⁹⁶ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁹⁷ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁹⁸ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁹⁹ BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. [Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão”¹⁰⁰. A referida legislação fortalece as instituições do Terceiro Setor. Em 2014, ocorreu uma alteração em seu texto, a partir da promulgação da lei federal 13.019/2014, em seu Art. 85, que define:

Qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.¹⁰¹

Em 2002, o Código Civil foi um importante marco na regulação jurídica que consigna serem pessoas jurídicas de direito privado interno – Art. 41 – não só a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, mas, também, os territórios, as autarquias e as demais entidades de caráter público, criadas por lei. De acordo com o Art. 44, do Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado: I – as associações; II – as sociedades; III – as Fundações; IV – as organizações religiosas; V – os partidos políticos; VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.¹⁰²

No campo da assistência social, o marco regulatório foi a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993 – lei 8742/93 –, que resultou da mobilização de movimentos sociais, organizações sociais, órgãos de classe e da categoria de assistentes sociais.¹⁰³ A LOAS aponta, em seu 1º artigo, que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.¹⁰⁴

Em suma, o texto define como responsabilidade do Estado a garantia dos direitos do cidadão. Contudo, estabelece que a realização desses direitos seja realizada através de ações públicas e da sociedade. Em janeiro de 2002, com a Lei nº 10.406, o Código Civil prevê a criação de Fundações para fins de Assistência Social, conforme o parágrafo I, Art. 62. De acordo com Natalia Couto, durante o processo de discussão da LOAS, as organizações não governamentais que desenvolviam ações assistenciais se fizeram presentes, buscando a sua

¹⁰⁰ BRASIL, 1998, [n.p.].

¹⁰¹ BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014*. [Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

¹⁰² BRASIL, 2002. [n.p.].

¹⁰³ BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. [Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

¹⁰⁴ BRASIL 1993, [n.p.].

permanência e legitimação na área.¹⁰⁵ Contudo, essa opinião não era unânime, porque um grupo queria a autonomia das instituições filantrópicas e a garantia do papel de coordenação e planejamento da política assistencial. Por outro lado, outros buscavam eliminar essa lógica e garantir que o Estado assumisse a responsabilidade dessa política.

Segundo Natalia Couto:

A LOAS vai refletir essa correlação de forças ao não eliminar essas instituições no desenvolvimento das ações de assistência social, mas garantir-lhes nova roupagem e delimita, em seu artigo 3º, que as entidades consideradas como de assistência social são aquelas que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. No entanto, ainda não apresentava as características dessa classificação, o que ocorreu em 2011 com a Lei nº 12.435.¹⁰⁶

É necessário compreender que a correlação de forças existentes se nutria de um movimento mais amplo, pois, tratava-se de um projeto político para o país que se manifestou nos governos subsequentes. De acordo com Gabriela Brettas, acerca dos governos Lula e Dilma:

O período dos dois governos de Lula e o primeiro de Dilma (2003-2014) foi marcado pela ampliação e estruturação de diversas políticas sociais em âmbito nacional. Na assistência social, verifica-se um processo de responsabilização estatal por esta área, inclusive no que se refere à provisão da política, o que impacta diretamente o papel das OSC neste campo.¹⁰⁷

Durante a gestão do governo Lula, foi criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, que tinha por objetivo organizar a gestão da política de assistência social no Brasil. O que concretizava um movimento mais amplo e processual de reconhecimento e construção da assistência social como política pública.¹⁰⁸ O que será tratado a seguir.

¹⁰⁵ COUTO, Natalia. *A complementariedade na PNAS: evolução das parcerias no município de Serra (ES) de 2001 a 2012*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. p. 76.

¹⁰⁶ COUTO, 2014, p. 76.

¹⁰⁷ BRETTAS, Gabriela. O papel das organizações da sociedade civil na política pública de assistência social no Brasil: contribuições para a análise da provisão de serviços no sistema único da assistência social. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS (ENEPCP)*, I, 2015, Brasília. *Anais...* Brasília: ENEPCP, 2015. p. 1-7.

¹⁰⁸ BRASIL. [Política nacional da Assistência Social (1988)]. A PNAS é a expressão do Art. 203 da CF88 ao afirmar que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”. [n.p.]. Saiba mais em: BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004*. Brasília: Presidência da República, 2004. [online]. p. 44.

Em 2004, com a regulamentação da PNAS, asseguraram-se as parcerias públicas e privadas: os serviços, programas, projetos de atenção às famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com as entidades não governamentais de assistência social, integrando a rede socioassistencial.¹⁰⁹ A PNAS define – no item 2.4 usuários – que constitui o seu público os cidadãos/indivíduos e/ou grupos que vivenciam situações de vulnerabilidade e/ou riscos, dentre eles:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.¹¹⁰

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), de 1998, aprovada pela Resolução nº 207, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), juntamente com o primeiro texto da PNAS, definiu as estratégias, os princípios e as diretrizes para operacionalizar a Política, explicitando a diferenciação quanto ao financiamento dos serviços, programas e projetos.¹¹¹ Entretanto, em 2005, foi aprovada a NOB. Entre outros aspectos, ela buscou operacionalizar as instâncias que compõem o processo de gestão e controle dessa política e como elas se relacionam, bem como a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais.¹¹² Para Natalia Couto:

A Norma reafirma a possibilidade da realização das parcerias entre setor público e entidades de assistência social para efetivação da rede de projetos, programas, serviços e benefícios socioassistenciais. Parceria pressupõe, nesse caso, uma relação entre o órgão gestor da Política de Assistência Social e as entidades de assistência social com o objetivo em comum de executar as ações previstas pelo SUAS. O que requer, de fato, conforme expresso na NOB, assumir o aparelho estatal como local primordial de condução da política e ainda estabelecer as formas de acompanhamento, monitoramento, supervisão e controle das ações assumidas por entidades assistenciais.¹¹³

A PNAS e a NOB/SUAS materializam os serviços socioassistenciais distribuídos em dois níveis de proteção: *básica* e *especial*. A proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de

¹⁰⁹ BRASIL, 2004, p. 44.

¹¹⁰ BRASIL, 2004, p. 33.

¹¹¹ BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004*. Brasília: Presidência da República, 2005. [online]. [n.p.].

¹¹² BRASIL, 2005, [n.p.].

¹¹³ COUTO, 2014, p. 81.

potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O objetivo é alcançado através de um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios.¹¹⁴ A proteção social especial é o conjunto de programas, projetos e serviços que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.¹¹⁵

Esse último nível se divide em média e alta complexidade, sendo que a primeira oferece atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. A segunda prevê atenção integral para as famílias e para os indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.¹¹⁶

As duas modalidades de proteção social – *básica* e *especial* – serão ofertadas, prioritariamente, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência. São considerados equipamentos de alta complexidade: casa lar; república; casa de passagem; albergue; família substituta; família acolhedora, entre outros. Maria Yazbek aponta que, muitas vezes, a lógica da parceria na execução de programas, projetos e serviços vinculados a PNAS, agora implementados em entidades ou organizações de assistência social, estariam sendo utilizados pelo Estado para desresponsabilizá-lo do tratamento na área social, contribuindo para a refilantropização da assistência social.¹¹⁷

A autora, ao comentar sobre a refilantropização da assistência social por parte do Estado, deixa evidente a constituição de um projeto de trabalho garantidor de serviços alicerçados aos direitos de cidadania, em políticas de municipalizações regionais, com populações pequenas. Assim sendo, busca-se a solidariedade social com suas implantações do voluntariado, tendo as ONGs vinculadas ao Terceiro Setor para dirimir as responsabilidades que deveriam ser confrontadas pelo Estado, trazendo em foco a herança de condicionamento do social ao econômico. Ou seja, a economia compelindo de maneira abrupta nas questões sociais. O próximo item abordará acerca do ministério social cristão e suas relações com a responsabilidade social.

¹¹⁴ BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011*. [Dispõe sobre a organização da Assistência Social]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

¹¹⁵ BRASIL, 2011, [n.p.].

¹¹⁶ BRASIL, 2004, [n.p.].

¹¹⁷ YAZBEK, Maria C. A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social. *Revista Cadernos Abong*, São Paulo, n. 3. p. 31-43, 1995. p. 33.

2.3 Ministério social cristão e responsabilidade social

O Brasil é uma nação cuja desigualdade social é extremada, promotor de uma política que tem negligenciado os diversos problemas que a população tem enfrentando, a Igreja Cristã, em sua maioria, vem acompanhando exemplos idênticos. Portanto para que haja mudança neste quadro, se faz necessário que a Igreja Cristã em toda nação ostente a missão alcançada por Deus, ação social. Ao abordar o ministério social cristão e a responsabilidade social, torna-se imprescindível considerar os conhecimentos diversificados de fatos teológicos que marcaram a história da igreja, dentre os quais, identifica-se um dos que apontaram contribuições extremamente relevantes: a *teologia da missão integral*.

Sobre as influências da Teologia Missão Integral no ministério social cristão e a responsabilidade social, percebe-se sua origem no Primeiro Congresso Latino-Americano de Evangelização (CLADE I), ocorrido em Bogotá, Colômbia, em 1969, por iniciativa dos cristãos evangélicos latino-americanos de orientação Evangelical, que estariam insatisfeitos com o protestantismo ecumênico progressista. Por isso, eles teriam optado por um novo e único movimento como alternativa, a saber, a Teologia da Missão Integral.¹¹⁸

Segundo Sidney Sanches:

Na América Latina, a face mais visível da teologia contextual foi a teologia da libertação. Contudo, a teologia evangélica chamada missão integral, ofereceu um exemplo semelhante, de articulação entre a atividade teológica e seu contexto latino-americano, ainda que não tão bem divulgada quanto sua parceira. [...] As teologias contextuais latino-americanas, tanto a teologia da libertação quanto a teologia da missão integral, filhas de outra modernidade, já ultrapassada, esgotaram suas possibilidades para os novos contextos da América Latina. Elas deixaram um vácuo preenchido por teologias de modo algum contextuais.¹¹⁹

O recurso da narração seria a posição de Sidney Sanches para o teólogo e a teóloga contextualizar a Teologia da Missão Integral. E a despeito disso, Sidney Sanches considera que:

O termo integral é o qualificador desta teologia. Em geral, o uso do termo integral nos documentos dos CLADES, pode ser substituído por vários outros, alternativamente: viver plenamente o evangelho ou proclamá-lo em sua totalidade ao povo latino-americano (CLADE I); e a repetição de todo e toda (CLADE III). O uso específico do termo aparece no CLADE II, quando se refere à salvação integral. E no CLADE IV, quando serve para designar a missão como integral sempre indica a resposta evangélica ao contexto latino-americano. [...] O uso de contexto é muito variado. Aponta para as múltiplas necessidades do povo latino-americano como lugar onde o evangelho será plenamente vivido e totalmente proclamado pelas

¹¹⁸ BARRETOS JUNIOR, 2019, p. 177.

¹¹⁹ SANCHES, Sidney M. A teologia da missão integral como teologia evangélica contextual latinoamericana. *Revista Caminhando*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 65-85, 2010. p. 84.

igrejas evangélicas. Por vezes, trata da situação vital, situação humana concreta demarcada pelas estruturas sociais causadoras do subdesenvolvimento, da injustiça, da fome, da violência e da desesperança. Outras vezes, indica a riqueza cultural, étnica e linguística dos povos da América Latina. Mas, também, pode direcionar a atenção do teólogo e da teóloga para grupos específicos: crianças, jovens, mulheres afro-descendentes, indígenas, pessoas com deficientes, imigrantes.¹²⁰

Ao se referir ao termo *integral*, destacado em todos os CLADES, Siney Sanches apresenta-o de forma completa e abrangente. Ele toma o vocábulo como integralidade do povo latino-americano, com as diversas necessidades desse povo, com a plenitude do evangelho a ser anunciado pelas igrejas evangélicas e com as mazelas do subdesenvolvimento nacional. Em alguns casos, o autor faz referência ao termo à nobreza cultural, às linguísticas e à étnica da poluição na América Latina.

A preocupação com o relacionamento entre a fé evangélica e a realidade social latino-americana desencadeou a organização da Fraternidade Teológica Latino-Americana (FTL), tendo como primeiro presidente Samuel Escobar. Este encontro, em dezembro de 1970, em Cochabamba, Bolívia, assinalou para uma reflexão em uma tentativa de evangélicos teologicamente conservadores, mas, socialmente progressistas, contestarem os desafios impostos pela realidade de injustiça e pobreza aparentes. Esse contexto teria ativado a missão da igreja cristã da América Latina em relação à evangelização e da responsabilidade social. Consequentemente a teologia evangélica teria se tornado conhecida como a teologia da missão integral.¹²¹

Estabelecida no contexto da guerra fria, a FTL, embora cercada de conflitos teológicos entre liberais e fundamentalistas, buscou apresentar, apesar das contradições e das divisões, o apoio dos protestantes na América Latina a missão integral da igreja. O que teria impedido, de tal modo, a divergência entre a ação social e a evangelização, que estaria fundamentada no destaque pela piedade pessoal e pela autoridade bíblica. De igual modo, estaria marcada pelo engajamento voluntário em defesa da justiça social e, por isso, buscou unificar os pentecostais e os evangélicos históricos, concomitantemente.¹²²

Raimundo Barreto Junior, ao fazer uso de conceitos de Orlando Costa, cita: “*se a missão tem que ser fiel ao evangelho que pretende comunicar, deve estar apoiada numa teologia fncada num compromisso sério com a humanidade em suas muitas situações [concretas]*”¹²³ [grifo nosso]. Creditado como evangelho bíblico recebido nas periferias do mundo, o autor imprime uma compreensão de que a fé cristã precisa estar atrelada a

¹²⁰ SANCHES, 2010, p. 83.

¹²¹ BARRETO JUNIOR, 2019, p. 178.

¹²² BARRETO JUNIOR, 2019, p. 183.

¹²³ BARRETO JUNIOR, 2019, p. 186-187.

transformação social na transformação pessoal, ou seja, o apelo ao evangelho precisa estar interligado às necessidades da sociedade em relação ao desenvolvimento religioso do indivíduo.¹²⁴

A diversidade de participação dos evangélicos no panorama da política brasileira trás consigo novas possibilidades, nesse sentido, nos últimos 15 anos, surgiu a Aliança Batista do Brasil (ABB), em um contexto de uma teologia conservadora das igrejas batistas do Brasil, inclusive no Nordeste brasileiro, onde a precariedade real parece sinalizada pela injustiça, sofrimento, insuficiência de recursos financeiros e preconceitos de todas as formas. As lideranças e os pensadores batistas, inconformados com a realidade social da nação brasileira, buscaram alternativas para pensar e agir teologicamente, reafirmando o aparente compromisso com a Teologia da Missão Integral da Igreja.

O evangelicalismo radical, iniciado em Lassaune, teria sido sinalizado no território brasileiro com a organização do Congresso Brasileiro de Evangelização (CBE I), em 1983, na cidade de Belo Horizonte. Na sequência, o Congresso Nordestino de Evangelização (CNE I), ocorrido em 1988, na cidade de Recife, também contribuiu para a disseminação da teologia da missão integral no Brasil, erradicando-a e permitindo novas adesões de igrejas evangélicas distantes do movimento ecumênico que defendem a realidade social brasileira.¹²⁵

Alice Cirino e Mark Greenwood expressam com precisão o conceito do que é o Ministério Social Cristão (MSC), conhecido no Brasil pelas instituições religiosas protestantes, de modo inclusivo a denominação Batista, como “Ação Social”:

A definição do plano chamado Ministério Social Cristão da Igreja está revelada pelo próprio nome – um ministério que se expressa em mais que um método. É um plano pelo qual a igreja local, usando o seu prédio durante os dias uteis, pode atuar eficazmente no seu bairro, através de um programa de atividades variadas. É a igreja colocando as suas convicções em ação em programa positivo e centrado em Cristo para a glória de Deus. O MSC é o plano pelo qual a igreja não somente se torna melhor gestora do seu prédio, pelo múltiplo uso dele, mas também se faz presente na comunidade através da atuação dos seus membros em outras organizações, associações comunitárias, conselhos sociais e demais instancias relevantes, como uma demonstração prática do evangelho e um exemplo vital de amor cristão, preocupando-se com os problemas do povo. O plano não é um enxerto estranho não programa da igreja, mas a igreja em si, realizando a sua missão divina de servir em nome de Cristo. Isso consiste em uma ação bilateral: a igreja engajando-se em amor e compaixão com a comunidade da qual faz parte, e os moradores do bairro engajando-se com a ação da igreja.¹²⁶

Os autores expressam a importância de a igreja cristã estar inserida na comunidade, de forma a expressar sua compaixão e graça. Contudo, exercendo atividades e serviços

¹²⁴ BARRETO JUNIOR, 2019, p. 186-187.

¹²⁵ BARRETO JUNIOR, 2019, p. 201.

¹²⁶ CIRINO; GREENWOOD, 2012, p. 29-30.

relevantes para a responsabilidade social local e, de maneira indireta, nas três esferas de governo. Emerson Silveira, sobre o discurso religioso na sociedade pós-secular, assim expressa:

A compreensão do discurso religioso numa sociedade pós-secular exige reflexões sobre a construção conceitual da discursividade e da pós-secularidade. Ainda que não seja possível mapear os territórios sociais e religiosos em contínua emergência, submersão e interação [...] por fim, quanto aos modos de interpretação ou tradução do discurso religioso entre as comunidades acadêmicas, social e religiosa. [...] Dessa forma, a cultura e a religião não estão mais onde sempre se pensou que estivessem. As atuais reflexões apontam para o fato de que, numa época de fluxos migratórios e diaspóricos de pessoas, mercadorias e ideias, confunde-se frequentemente o lugar que ocupam as pessoas com suas práticas religiosas e culturais, com o lugar onde se deseja que elas estejam.¹²⁷

A sociedade pós-secular, segundo o autor, apresenta maior probabilidade de interação entre territórios diversos, tais como: territórios sociais e religiosos, ou vice-versa. É nesse sentido que a presente pesquisa quer apontar para o exercício das práxis do Assistente Social em uma instituição beneficente religiosa cristã. Entretanto as configurações legais do Serviço Social no Brasil, desde o seu surgimento no contexto de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira compreendida no período de 1930-1960. Tendo como pano de fundo o profissionalismo do Assistente Social, inicialmente, configurado como assistencialismo salientado pela igreja católica., são categóricas a essa descrição.¹²⁸

O profissional em Serviço Social se configura como aquele que ocupa espaço e atua a partir da oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre as legislações, as políticas sociais, a profissão, os diversos instrumentos e técnicas que são utilizados no exercício de sua profissão. No campo do Serviço Social, o profissional busca compreender os desafios colocados ao desempenho da Assistência Social, onde a práxis tem como objetivo avaliar e executar as políticas sociais, evidenciando as atividades vivenciadas no cotidiano profissional. Nesse sentido, acontece o desenvolvimento de um processo de aprendizagem que proporciona o conhecimento crítico sobre a realidade institucional e social.

A importância de se conhecer o objeto do serviço social, o processo de trabalho do Assistente Social, suas atribuições, meios, técnicas, instrumentos, procedimentos, dimensão ética, produtos, resultados alcançados e desafios no processo de trabalho, faz com que se valorize a qualificação do profissional. O que possibilita que o profissional atuante tenha a

¹²⁷ SILVEIRA, Emerson. O discurso religioso na sociedade pós-secular: notas reflexivas e indícios impertinentes. In: ROSA, Wanderley; RIBEIRO, Osvaldo (orgs.). *Religião e sociedade (pós) secular*. Santo André: Academia Cristã, 2014. p. 52-86.

¹²⁸ IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 15.

oportunidade de aprofundar-se nos conteúdos apreendidos durante a graduação por meio das experiências vividas no cotidiano.

A CF88 permitiu que as pessoas se organizassem em sociedade civil. O Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, em seu Art. 44, estabelece as Fundações como pessoas jurídicas de direito privado.¹²⁹ Compreender isso é fundamental para entender o que é uma Fundação. A FBPC se enquadra, assim, no molde supracitado. Diante das políticas desenvolvidas – Assistência Social à Criança e Adolescente –, essa instituição utiliza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Lei nº 8.7420, de dezembro de 1993 –, que norteia os serviços e os direitos dos assistidos.

A LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, preconiza, em seu Art. 4º, os princípios da Assistência Social, da seguinte forma:

A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.¹³⁰

A FBPC e a interação profissional da Assistência Social prezam pelo atendimento igualitário aos moradores da região de São Pedro, em Vitória/ES. As temáticas apresentadas nos dois capítulos da pesquisa apontam para o tema a ser desenvolvido no próximo capítulo, que quer identificar as práticas profissionais do Assistente Social na FBPC, como: caracterização da instituição e das políticas desenvolvidas; regulação institucional nas legislações sociais; e as manifestações das atividades práticas beneficentes.

Para tanto, será realizada uma entrevista, através de um questionário composto por seis perguntas ordenadas da seguinte maneira: a) como foi elaborada a estrutura FBPC para atender a comunidade da Região São Pedro? b) o que a instituição tem feito para atender as políticas a serem desenvolvidas? c) quais as estratégias apresentadas pelas legislações sociais que já foram atendidas na instituição? d) quais as estratégias apresentadas pelas legislações sociais que ainda não foram atendidas na instituição? e) quais as dificuldades de ação

¹²⁹ BRASIL. 2002, [n.p.].

¹³⁰ BRASIL, 1993, [n.p.].

profissional nas atividades práticas da instituição? f) quais as atividades implementadas e realizadas pelo profissional do Serviço Social na FBPC?



3 A FUNDAÇÃO BENEFICENTE PRAIA DO CANTO (FBPC) E O PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo esboça a análise do material obtido através da pesquisa empírica realizada com os gestores, os assistidos e os profissionais – assistentes sociais – que atuam na FBPC. Aborda, também, a metodologia da pesquisa referente ao campo de estudo das práxis do assistente social e suas correlações com outros profissionais e assistidos da FBPC. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2021 e os fatos apresentados referem-se ao documento: *FBPC Relatório de Atividades 2020*. Corolário a essa análise, à luz do pensamento de Antonio Severino, pretende-se “criar condições para a pesquisa rigorosa nas várias áreas do saber, desenvolvendo a fundamentação teórica, a reflexão [e o] levantamento rigoroso de dados empíricos da realidade”¹³¹. A pesquisa, nesse sentido, quer estar condicionada ao objetivo das variedades científicas que, além da instrumentalidade epistemológica rigorosa, manuseia técnicas específicas e um conjunto de métodos da CPR e das ciências diversas.

A utilização metodológica para a análise dos dados se conteve nas seguintes classes: caracterização da instituição e das políticas desenvolvidas – a religião, valores culturais e as crenças do profissional assistente social; interdisciplinaridade e especificidades nas ações conjuntas do assistente social com outros profissionais em questões religiosas; regulação institucional nas legislações sociais – descrição de atividades do profissional da Assistência Social; extensão da religiosidade no exercício profissional do assistente social; preparo significativo para o enfrentamento das questões religiosas; manifestação das atividades práticas beneficentes – percepção do profissional assistente social em relação à religiosidade dos assistidos e respectivas famílias; em que medida tais fatores influenciam o exercício profissional, ao considerar possuir valores e crenças religiosas diferentes dos assistidos e famílias.

3.1 Caracterização da FBPC e das políticas desenvolvidas

No intuito de compreender a caracterização e as políticas desenvolvidas na FBPC, a pesquisa, através de entrevistas, procurou enfatizar os seguintes elementos: religião, valores culturais, crenças, interdisciplinaridade e as especificidades nas ações conjuntas do

¹³¹ SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 111.

profissional assistente social com outros/as profissionais desenvolvidas na FBPC, em questões religiosas, que apresentem imparcialidade nos resultados aos assistidos. Esses conteúdos serão demonstrados mais adiante através de quadros e tabelas. Antes, porém, serão explicitados os aspectos institucionais e suas respectivas políticas desenvolvidas.

Atualmente, a equipe institucional da FBPC está constituída da seguinte forma: 18 colaboradores, sendo 09 educadores sociais – contratados na modalidade de Microempreendedores Individuais (MEI) –; 01 estagiário, 01 assistente administrativo – no regime de 40h semanais –; 01 assistente financeiro – no regime de 40h semanais –; 01 assistente social – no regime de 30h semanais –; 01 pedagogo – no regime de 40h semanais –; 01 auxiliar de serviços gerais – no regime de 40h semanais –; 01 merendeira – no regime de 40h semanais –; 01 auxiliar de cozinha – no regime de 40h semanais –; e 01 porteiro – no regime de 40h semanais. Com exceção dos educadores sociais e estagiários, a relação de trabalho dos/as demais foi estabelecida pela CLT.¹³²

A FBPC se denomina uma fundação beneficente advinda de uma instituição religiosa histórica, como apresentada no primeiro capítulo desta pesquisa. Mas, faz-se necessário distinguir quais seriam as características da fundação em relação à política, bem como delinear a perspectiva política nessa fundação. Essas diferenças precisam estar contextualizadas mutuamente, como aponta Emerson Giumbelli:

Há uma diferença entre se perguntar pelo papel da religião na política ou pela política da religião e buscar como política e religião, em certos contextos, se constituem mutuamente [...]. Afinal, uma das interpretações mais comuns acerca da modernidade enfatiza exatamente a separação entre Estado e Igrejas e a marginalização social da religião [...], mesmo que a sociedade efetivamente se apresente como secularizada e que o Estado se identifique como laico, a religião se elabora em termos positivos.¹³³

Atualmente, nota-se certa complexidade no espaço público, que se configuram como lugares de ocorrência do religioso e, conseqüentemente, se torna um campo de reflexões enriquecido pelos entrelaçamentos observáveis, pelas configurações e pelos confrontos que se apresentam o elemento *religioso* como um ator, entre tantos outros, na sociedade. Essa manifestação do religioso pode ser conjecturada, segundo Udo Tworuschka, com a CPR ajustada a outras ciências. Ou seja, a CPR “se vislumbra como combinação de vários

¹³² FBPC, [s.d.], [n.p.].

¹³³ GIUMBELLI, Emerson. O “chute na santa”: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia (org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003. p. 197.

diferentes campos de estudo – Ciência da Religião, Ciências Sociais, Psicologia, Fenomenologia, Linguística, Estudos Culturais, Ética Aplicada, Teologia Prática, etc”¹³⁴.

Por isso, ao referir-se à noção de *campo*, Pierre Bourdieu volve-se imperativo para o reconhecimento da dinâmica abstrusa que submerge, na atualidade, assuntos relacionados à religiosidade. Bourdieu compreende a religião como um sistema de cultura simbólica, isto é, um campo particular de significações com um verificado referencial teórico. Em suas palavras:

Em função de sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade religiosa, as diferentes instancias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do *capital religioso* na concorrência pelo monopólio da gestão de bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e a práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religiosos, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social.¹³⁵ [grifo do texto].

O avanço do campo religioso fora das instituições eclesiais, conforme Erwan Dianteill, teria sido prejudicado na modernidade, em virtude de alguns equívocos na perspectiva institucional. Ou seja:

Este erro de perspectiva poderia ter sido evitado caso concedesse um maior espaço ao fato religioso fora da instituição, *inclusive nas sociedades diferenciadas*. Se, por exemplo, atentarmos para a ‘bricolagem’ das crenças ou para a construção das linhagens de fiéis durante a modernidade, para a organização em redes de amadores de esoterismo ou para a organização não-burocrática de certos pentecostismos, podemos evitar reduzir o estudo dos fatos religiosos a simples constatação da perda do poder das instituições eclesiásticas.¹³⁶ [grifo do texto].

Nesse sentido, a expansão da igreja, através de projetos sociais inseridos nas comunidades, acaba refletindo de modo considerável ao pensamento sobre o conceito de campo religioso de Bourdieu ao longo da história.

Como já dito, a FBPC é uma instituição do Terceiro Setor que atua em situação de vulnerabilidade social e de risco pessoal e social, tendo como finalidade a prestação de assistência socioeducativa aos seus usuários. A ONG está inserida no âmbito da *política de proteção e do atendimento a criança e ao adolescente*, o que promove a proteção da criança e do adolescente através da *política de educação* e da *política de assistência social*. O objetivo

¹³⁴ TWORUSCHKA, Udo. Ciência prática da religião: considerações teóricas e metodológicas. In: PASSOS, João D.; USARSKI, Frank. (orgs.). *Compêndio da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. p. 579.

¹³⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 57.

¹³⁶ DIANTEILL, Erwan. Pierre Bourdieu e a religião: síntese crítica de uma síntese crítica. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 34, n. 2, p. 30-42, 2003. p. 41.

consiste em oferecer atividades alternativas que favoreçam o protagonismo e o fortalecimento dos vínculos pessoais, familiares e comunitários dos usuários – assistidos – e suas famílias. Isso é realizado através da oferta de serviços e de benefícios, diretos e indiretos, visando contribuir para o desenvolvimento dessas pessoas. O trabalho desenvolvido na instituição acontece por meio de atendimentos direto aos assistidos e suas famílias, utilizando recursos diversos. Além disso, é feito o acompanhamento dos assistidos, ofertados através das orientações e dos encaminhamentos necessários.¹³⁷

É importante observar o quadro abaixo, que demonstra a religião, os valores culturais e as crenças do profissional assistente social da FBPC:

Quadro 1. A religião, valores culturais e as crenças do profissional assistente social¹³⁸

Religião	Evangélica
Valores Culturais	Compreende
Crença em Deus	Sim
Crença em justiça divina	Sim
Crença em cura espiritual	Sim

Os dados acima sugerem que o assistente social pertence a uma religião cristã evangélica, que ele compreende os valores culturais e que, ao mesmo tempo, possui sua crença em Deus, na justiça divina e na *cura espiritual*. Tais elementos corroboram para questões complexas enfrentadas no exercício profissional do assistente social, conforme explicita Graziela Quintão:

As perguntas colocadas para os assistentes sociais tinham o propósito de conhecer o pertencimento religioso dos mesmos, identificando as principais religiões das quais são adeptos ou vínculos espirituais independentes de uma religião. Importava ainda saber o quanto os assistentes sociais concebem, a partir de seus sistemas de crenças ou vínculos espirituais, resposta de natureza religiosa para questões complexas, cuja discussão na atualidade contrapõe a ciência e a fé.¹³⁹

Num primeiro momento, é possível apontar que o profissional assistente social da FBPC, além de compreender os valores culturais que o cercam, está envolvido em uma perspectiva religiosa profundamente ligada a sua atividade profissional. Além desse aspecto, em relação à interdisciplinaridade e às especificidades nas ações conjuntas do assistente social

¹³⁷ FBPC. *Novo estatuto da fundação beneficente praia do canto*. Estatuto consolidado da fundação beneficente praia do canto assembleia. 25 nov. 2015. [online]. [n.p.].

¹³⁸ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

¹³⁹ QUINTÃO, 2012, p. 107.

com os outros profissionais, em questões religiosas, o quadro abaixo apresenta os seguintes resultados:

Quadro 2. Interdisciplinaridade e especificidades nas ações conjuntas do assistente social com outros profissionais em questões religiosas¹⁴⁰

Administrativo	Evangélico	Identifica
Pedagogo	Espírita	Ressalva
Educadores sociais	Evangélico	Identifica
Educadores sociais	Católico	Idêntica/ressalva
Outros	Sem religião	Ressalva

Percebe-se, ainda, que esse profissional tem limitações de ação precisa. Grosso modo, em relação a uma pessoa evangélica, ele demonstra certa identificação, porém, quando a pessoa não é evangélica, demonstra certa restrição de ação. Entretanto o trabalho coletivo dos profissionais na FBPC evidencia resultados qualitativos para com os assistidos. Semelhante ao exposto na educação, a “laicidade social” se apresenta também nas instituições sociais. No caso brasileiro torna-se imperioso separar a laicidade em duas perspectivas: a laicidade do Estado e a laicidade da sociedade civil. A primeira é constituída pela separação entre Igreja e Estado, delimitando rigorosamente suas respectivas funções. A segunda é dinâmica, vinculando-se à discussão pública. Numa sociedade pluralista, as opiniões, convicções e profissões de fé exprimem-se e se publicam livremente, expressando seus melhores argumentos. A instituição social está em posição intermediária: entre o Estado, enquanto serviço público e a sociedade civil, que a investe com uma das suas funções mais importantes: a ação social – especialmente a pública.

No âmbito das políticas desenvolvidas, a FBPC realiza trabalhos em parceria com Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), para facilitar o encaminhamento dos assistidos, geralmente na idade de 15 anos, para o programa *Adolescente Aprendiz*, voltando à formação profissional e às oficinas oferecidas pela FBPC para as crianças, alcançando, assim, um grande êxito no aprendizado. Entretanto, a FBPC enfrenta desafios diariamente, tais como: a captação de novos recursos, para melhor infraestrutura e materiais didáticos; e superar a evasão da instituição por parte dos assistidos e reforçar a cidadania e o processo de aprendizado.¹⁴¹

¹⁴⁰ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

¹⁴¹ FBPC, [s.d.], [n.p.].

A ação social promovida e desenvolvida pela FBPC autentica no campo das políticas públicas atos de articulação relacionados a iniciativas da assistência social das ONGs religiosas, sociedade civil, parceiros governamentais e as instituições religiosas. Tais atos demonstram a caracterização de uma instituição beneficente engajada na promoção de políticas sociais de enfrentamento as desigualdades sociais.

Referente ao questionário Gestão da IBPC apresentado no APÊNDICE B, apresentou-se resposta unanime:

Pergunta: Com quais finalidades a IBPC pensou em criar a FBPC? Respostas: Acreditar no desenvolvimento de crianças e adolescentes na comunidade local. Sendo um dos mais eficientes agentes de transformação e inclusão social de crianças e adolescentes do país com instalações, recurso físicos e humanos de excelência, servindo assim de referência para outras instituições. Promovendo o desenvolvimento de crianças e adolescentes, com base em valores éticos e cristãos a fim de que se tornem cidadãos íntegros e utilizem seu potencial na construção de uma comunidade e um mundo melhor e mais justo.

Pergunta: Na relação e especificidades das ações profissionais conjuntas como são tratadas as questões religiosas? Resposta: As questões religiosas entre os profissionais ativos na IBPC, assim como na Gestão que atua externamente, são de cordialidade, respeito e aceitação para um bem comum: o desenvolvimento dos assistidos para serem cidadãos íntegros e construtores de uma vida e de uma comunidade melhor.

Pergunta: Quais as descrições de atividades proposta pela Gestão IBPC ao profissional da Assistência Social? Resposta: A equipe de serviço social, além de realizar encontros com os assistidos e com as famílias, para tratar diversos assuntos, realiza também atendimentos individuais, atendimentos familiares e visitas domiciliares. De cada atendimento ou visita, o serviço social verifica as diversas necessidades e demandas que surgem e passa a realizar os devidos encaminhamentos de acordo com as especificidades de cada um. Tudo que é realizado, planejado e concretizado é registrado no Drive Institucional em local de acesso restrito.

Pergunta: Como se dá a extensão da religiosidade no exercício profissional do Assistente Social? Resposta: Não há exigência do profissional Assistente Social ser batista. A laicidade religiosa é respeitada na instituição.

Pergunta: A IBPC possui significativo preparo para o enfrentamento das questões religiosas na FBPC? Resposta: Sim! Trabalhamos em um contexto de políticas sociais voltada as crianças e adolescentes de uma comunidade diversa. Nesse sentido os serviços

profissionais oferecidos precisam estar em conformidade com as questões sociais e não questões religiosas.

Pergunta: Quais as percepções como igreja cristã a IBPC possui em relação as diferenças de valores e crenças dos assistidos e respectivas famílias? Resposta: Neutralidade e orientação necessária quando exigida pelas famílias. Entendemos que os valores e crenças são intrínsecos e pessoais. Respeitamos e aceitamos a todos assistidos independentemente de sua crença e religião.

Pergunta: Como a IBPC demonstra relação entre o Ministério Social Cristão e as Ciências Práticas da Religião? Resposta: Entendemos que o Ministério Social Cristão, mediado pela Ciência Prática da Religião e exercido pelo profissional do Serviço Social, permite que seja interações com outras áreas do conhecimento, especial as Ciência da Religião, favorável a conscientização da existência humana expressa em política social. Compreendemos que essa relação se dá como um processo distinto de empenho do profissional Assistente Social e que não se pode avaliar corretamente as sociedades e culturas sem que considere o componente religioso.

Entretanto, nas respostas obtidas pela gestão da IBPC percebe-se a implementação das políticas sociais sendo realizadas pelas características de ação do projeto FBPC. O próximo item procura abordar acerca da regulação institucional nas legislações sociais e sua relação com a FBPC.

3.2 Regulação institucional nas legislações sociais

Após considerar a caracterização da instituição e das políticas desenvolvidas na FBPC, é necessário apresentar uma perspectiva da regulação dessa instituição em relação às legislações sociais, enfatizando os seguintes elementos: descrição das atividades do profissional da assistência social; extensão da religiosidade no exercício profissional do assistente social; significativo preparo para o enfrentamento das questões religiosas. Antes de apresentar o resultados da pesquisa de campo realizada, será feita uma imprescindível abordagem das legislações sociais, demonstrando o imperativo postulado por Udo Tworuschka quanto às questões individuais e sociais de toda cultura societal. Tworuschka

explica que a CPR “pode contribuir para o trabalho de instituições de caridade, serviços sociais e centros de aconselhamento religioso”¹⁴².

A Constituição de 1988 permite que as pessoas se organizem em sociedade civil. O Código Civil, Lei n° 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, em seu Art. 44, estabelece as fundações como pessoas jurídicas de direito privado.¹⁴³ Compreender isso é fundamental para entender o que é uma fundação. A FBPC se enquadra nesse modelo, especialmente sob a égide das políticas desenvolvidas – Assistência Social à Criança e Adolescente, a Instituição utiliza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, a Lei n° 8.7420, de dezembro de 1993, que norteiam os serviços e os direitos dos assistidos. Por exemplo, a LOAS – lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – aponta, em seu Art. 4º, os princípios da Assistência Social, a saber:

A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.¹⁴⁴

Com efeito, o trabalho do assistente social tem por orientação o código de ética,¹⁴⁵ onde as normativas construídas pelo Conselho de Classe, nos princípios fundamentais, preconizam que o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”¹⁴⁶. Isto é, a não discriminação em relação à religiosidade.

Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, ao abordarem as relações sociais e o serviço social no Brasil, expressam que “o Serviço Social representa uma evolução dos antigos métodos, favorecida pelas descobertas científicas, pelo desenvolvimento dos estudos sociológicos e, principalmente, pela intensidade e complexidade dos problemas sociais presentes”¹⁴⁷. As antigas formas de assistência – a caridade – são, nesse sentido, substituídas

¹⁴² TWORUSHKA, 2013, p. 583.

¹⁴³ BRASIL, 1993, [n.p.].

¹⁴⁴ BRASIL, 1993, [n.p.].

¹⁴⁵ BRASIL, 1993, [n.p.].

¹⁴⁶ CFESS. [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

¹⁴⁷ IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 201.

pela nova práxis do fazer profissional do assistente social. Logo, “a ação social tem por fim promover, a cada época e conforme suas necessidades, a adaptação e as transformações dos grupos existentes, e a criação dos que se tornarem necessários”¹⁴⁸. De modo consequente, o Serviço Social passa a ter como objetivo fundamental “remediar as deficiências dos indivíduos e das coletividades”¹⁴⁹.

Tendo em vista o controle – quase que em sua totalidade – das formações acadêmicas dos profissionais do Serviço Social pela igreja, Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho advertem que “assim, dentre as características especiais que a profissão necessitará manter, a *vocação pessoal* tem um papel determinante”¹⁵⁰ [grifo do texto]. Essa característica redonda na formação religiosa do profissional, no sentido em que “a experiência pessoal subjetiva da salvação [deixa transparecer o] apostolado doutrinário”¹⁵¹, sobretudo, nas resoluções dos problemas sociais individuais e coletivos.

Entretanto, considera-se, de um lado, as questões sociais das famílias, dos grupos e individuais dos trabalhadores, e de outro, a igreja e o Estado. Todos são elementos importantes na interpretação histórica do profissional assistente social, como reconhece a área de comunicações do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS): “a Igreja e o Estado surgem como raízes, como protagonistas principais da formação do Serviço Social na América Latina”¹⁵². Enfatiza-se, aqui, a *igreja* como ator principal ou como personagem elementar na construção dessa historicidade, pois a FBPC tem sua origem na IBPC, no intuito de fazer *história social* na comunidade da Grande São Pedro.

Em relação às atividades do profissional assistente social na FBPC, o quadro abaixo apresenta os seguintes resultados:

Quadro 3. Descrição de atividades do profissional da Assistência Social¹⁵³

Encontros com os assistidos na FBPC	Generalidade	121
Encontros com as famílias na FBPC	Generalidade	87
Visitas domiciliares	Generalidade	36
Encontros interdisciplinares	Generalidade	12
Eventos coletivos	Generalidade	4

¹⁴⁸ IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 202.

¹⁴⁹ IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 202.

¹⁵⁰ IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 233-234.

¹⁵¹ IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 233-234.

¹⁵² IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 10.

¹⁵³ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

A equipe de serviço social, além de realizar encontros com os assistidos e com as famílias para tratar diversos assuntos, realiza, também, atendimentos individuais, familiares e visitas domiciliares. Em cada atendimento ou visita, o serviço social verifica as diferentes necessidades e demandas que surgem. Daí a equipe passa a realizar os devidos encaminhamentos, de acordo com as especificidades de cada um. Tudo o que é realizado, planejado e concretizado se transforma em registro no *drive* institucional, em local de acesso restrito.

Veja o quadro abaixo que analisa a extensão da religiosidade na atividade profissional do assistente social:

Quadro 4. Extensão da religiosidade no exercício profissional do assistente social¹⁵⁴

Abordagem aos assistidos	Questões religiosas	43
Abordagem às famílias	Questões religiosas	22
Abordagem aos colaboradores	Questões religiosas	4
Abordagem coletiva	Questões religiosas	1

As abordagens realizadas em 2020, apesar da excepcionalidade do período de pandemia da COVID-19, demonstram a extensão da religiosidade no exercício profissional do assistente social como satisfatória, visto que, comparadas aos atendimentos generalizados, apresenta o seguinte percentual: abordagem aos assistidos 35,54%; abordagem às famílias 14,94%; abordagem aos colaboradores 33,33%; abordagem coletiva 25%.

Em relação ao preparo significativo para o enfrentamento das questões religiosas, o próximo quadro demonstra que:

Quadro 5. significativo preparo para o enfrentamento das questões religiosas¹⁵⁵

Enfrentamento religioso aos assistidos	Preparado
Enfrentamento religioso às famílias	Preparado
Enfrentamento religioso aos colaboradores	Despreparado
Enfrentamento religioso coletivo	Despreparado

Nesse aspecto, percebe-se a dificuldade parcial do profissional assistente social quanto à capacitação para abordagem da temática. O que indica que as regulações institucionais comparadas às legislações sociais, conforme exposto, tendem demonstrar pouco avanço nas práticas profissionais do assistente social quando confrontado com questões religiosas. As

¹⁵⁴ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

¹⁵⁵ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

instituições e os profissionais do Serviço Social, em suas atividades profissionais cotidianas, manifestam novidades e surpreendentes feitos das relações sociais. Numa perspectiva, são empregados, funcionários, trabalhadores que agem em causa própria assim como indivíduos, famílias, categorias e grupos sociais. Noutra ótica, são governantes, âmbito da igreja, empresários que se acham em certas questões. Ambas atreladas e, no percurso da história, essas relações demonstram disparidades de ângulos nas relações sociais.

Dentre as atribuições para o cargo de assistente social em repartições públicas, pode-se considerar o seguinte argumento:

Participar da elaboração e execução do projeto político pedagógico do atendimento ao assistido, da construção e execução do Plano Individual de Atendimento – PIA, de projetos de intervenção socioeducativa, da elaboração do planejamento de processos de mobilização e organização da sociedade civil; dos programas de atendimento das unidades e do planejamento estratégico institucional, bem como dos demais documentos ordenadores da atuação da Instituição; compor equipe interdisciplinar profissional; planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à sua área de formação; realizar acolhimento e avaliação inicial do assistido e da família; realizar estudos de casos, visita domiciliar, atividades individuais e de grupo com os assistidos e familiares, visita assistida, levantamento de dados e estudo socioeconômico da família do assistido.¹⁵⁶

Em relação às elaborações das tarefas, considera-se:

Elaborar estudos, análises, relatórios, pareceres técnicos, pesquisas, notas técnicas e publicações na sua área de formação/atuação; desenvolver métodos e técnicas de atendimento ao assistido e sua família; implementar instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação com foco em resultados; elaborar projetos de mobilização de recursos, segundo a política organizacional; emitir pareceres, laudos, relatórios periódicos, diagnósticos sociais, intervenções individuais e grupais com assistido, familiares e comunidade; registrar os atendimentos e promover os encaminhamentos necessários; acompanhar visitas assistidas envolvendo familiares e/ou referências pessoais dos assistidos; promover atividades de integração familiar, comunitária e a inclusão social; atuar na perspectiva da intersetorialidade das ações para o atendimento ao assistido e sua família.¹⁵⁷

No que diz respeito ao planejamento:

Planejar, apoiar, analisar, formular, coordenar, executar, monitorar e avaliar planos, atividades, programas e projetos institucionais; articular as organizações públicas e/ou privadas a fim de estimular e desenvolver parcerias; trabalhar no contexto de intervenção institucional com os assuntos específicos de sua área de atuação profissional; sistematizar as informações pedagógicas de modo a subsidiar as atividades desenvolvidas; emitir parecer técnico à sua área de atuação, sempre que requerido pela autoridade competente; participar da elaboração do planejamento, organização, implementação e execução de rotinas; conceber e avaliar medidas e

¹⁵⁶ ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo. *Edital de processo seletivo simplificado/IASES n° 02/2021*. [Estabelece normas para o processo seletivo simplificado e contratação em regime de designação temporária com formação de cadastro reserva, para os cargos de nível superior e técnico, com base no art. 17, da lei complementar n° 809/2015]. Vitória: IASES. [online]. [n.p.].

¹⁵⁷ ESPÍRITO SANTO, 2021, [n.p.].

soluções que objetivem a otimização dos processos de gestão; realizar atividades relacionadas à gestão de pessoas e saúde do trabalhador; proceder atendimento social ao servidor.¹⁵⁸

Segundo o IASES, o assistente social, em seu desempenho profissional, tem a incumbência de “colaborar na mediação de conflitos; participar de comissões, fóruns, conselhos, grupos de estudos correlacionados no âmbito da infância e adolescência e áreas afins; [bem como] executar outras atividades correlatas”¹⁵⁹.

Tais atribuições – especialmente pelo fato de se tratar de uma instituição beneficente de origem religiosa – com suas limitações de políticas sociais se apresentam de modo resumido por conveniência institucional. A FBPC preza pelo atendimento igualitário aos assistidos, às famílias e toda comunidade da grande São Pedro, Vitória/ES. Viabilizando, assim, a continuidade da responsabilidade social e da cidadania.

3.3 Manifestações das atividades práticas beneficentes

Neste item, optou-se por discorrer dificuldades de relacionamentos localizadas nas manifestações das atividades práticas na percepção do profissional assistente social, em relação à religiosidade dos assistidos e de suas respectivas famílias. Interpela-se, também, em que medida essa religiosidade influencia esse exercício profissional, ao considerar que esses profissionais possuem valores e crenças religiosas diferentes dos assistidos. Esses quesitos necessitam de uma mediação, sobretudo no que toca o diálogo e a conscientização. Udo Tworuschka vê a possibilidade dessa mediação direcionada às crianças quando a “mediação primária tem a ver com os conteúdos e processos de mediação da própria religião de alguém para as próprias crianças e adolescentes de alguém”¹⁶⁰. Nesses encontros poderia haver a comunicação de crenças religiosas, porque, segundo o autor, “encontros com pessoas de outras religiões e fés com quem os alunos podem se comunicar, beber e comer demonstram as vantagens da aprendizagem ativa, social e experiencial”¹⁶¹, ou seja, seriam encontros que beneficiariam as relações entre as pessoas e os profissionais que gravitam no espaço da FBPC.

A ação cultural, onde ocorre conscientização das pessoas com sua história, é compreendida como um legítimo ato de conhecimento em que a força real superdeterminadora da estrutura se revela aos sujeitos que interagem entre si, como um objeto

¹⁵⁸ ESPÍRITO SANTO, 2021, [n.p.].

¹⁵⁹ ESPÍRITO SANTO, 2021, [n.p.].

¹⁶⁰ TWORUSHKA, 2013, p. 585.

¹⁶¹ TWORUSHKA, 2013, p. 585.

passível de ser conhecido. A ação cultural para a liberdade se distingue pelo diálogo e seu desígnio basilar é conscientizar as massas. Nas palavras de J. Simões Jorge:

Na visão antropológica, o mundo se significa como mundo por causa da presença do homem. Ele se torna, por isso, o lugar de encontro onde os homens, em comunhão, estão realizando a sua história. [...]. O homem faz a sua história no mundo enquanto o mundo se historicisa no homem. [...] Somente deste modo a educação poderá fazer com que o homem crie a sua cultura e a sua história.¹⁶²

O autor compreende que as pessoas não podem existir separadas de suas histórias, ou melhor, essa seria a condição indispensável para o ser humano se concretizar como ser histórico. Nesse sentido, as pessoas se conscientizam de sua incapacidade, uma vez inseridos nas suas histórias. Com isso, buscam, cada vez mais, na concretude de sua história, a sua realização. Porém, encontrarão somente respostas inconclusas de sua realidade.

Para J. Simões Jorge, “a conscientização, como vemos, não implica somente um conhecimento da realidade. Ela exige, também, uma atitude de mudança desta realidade conhecida”¹⁶³. A mudança da realidade nos espaços sociais visa ocorrer em conformidade com a presença e com a conscientização do profissional nela inserida. Por isso, o profissional assistente, social inserido em uma realidade estrutural, exerceria seu labor objetivando a transformação dessa realidade. Nesse caso, a exigência da relação entre teoria e prática, necessariamente, aconteceria através da reflexão crítica sobre a prática.

Para conhecer novas experiências no mundo do trabalho, mormente um/a assistente social em uma instituição religiosa, rompe, assim, as barreiras da inquietação e da curiosidade, adentrando em um novo movimento de fazer história constante. Indubitavelmente, a conscientização desse profissional, em abordagem no exercício de suas funções, ao se confrontar com variadas formas de religião, demonstrará produtiva e precisa a partir de um diálogo acessível e aberto, sem pré-julgamentos.

Nesse sentido, é necessário que se observe a tabela subsequente:

Tabela 1. Percepção do profissional assistente social em relação à religiosidade dos assistidos e respectivas famílias¹⁶⁴

Assistidos evangélico	73	88%
Assistidos não-evangélico	48	74%
Família evangélica	56	85%
Família não-evangélica	31	67%

¹⁶² JORGE, 1979, p. 34-35.

¹⁶³ JORGE, 1979, p. 27.

¹⁶⁴ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

Do total de 121 assistidos, conforme o relatório de atividades de 2020, verificou-se que, dos 73 evangélicos, o assistente social trata com percepção religiosa apenas 64, ou seja, 88 deles. Dos assistidos não evangélicos, há percepção com 35, nesse caso, aproximadamente 74%. Em relação ao total de 87 famílias, com as famílias evangélicas, ocorre com 48, ou seja, 85%. Entre as que não são evangélicas, detectaram-se 21 delas, isto é, 67%.

Agora, vale averiguar em que medida esses fatores estariam exercendo influência sobre a atividade profissional do assistente social. Observe o quadro abaixo:

Quadro 5. Em que medida influencia o exercício profissional ao considerar possuir valores e crenças religiosas diferentes dos assistidos e famílias¹⁶⁵

Assistidos evangélicos	Denominação diferente	Não
Assistidos não-evangélicos	-	Sim, pouca
Famílias evangélicas	Denominação diferente	Não
Famílias não-evangélicas	-	Sim, pouca

De acordo com o quadro acima, para os assistidos e para as famílias evangélicas de denominação diferente, não houve influência no exercício profissional do assistente social. Porém, em relação aos assistidos e às famílias não evangélicas, nota-se a influência no exercício profissional, mesmo que tímida.

Nas visitas à FBPC, para realização da pesquisa de campo, foram percebidos, além dos dados tabulados, os seguintes aspectos: os programas, os projetos, e as ações da FBPC são executados por meio de oficinas que funcionam de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h, no turno matutino, e das 13h às 17h, no turno vespertino. Atendem-se crianças e adolescentes em situação de risco e de vulnerabilidade social, desde que estejam matriculadas e/ou frequentando a rede pública do ensino regular, no período matutino ou vespertino. As oficinas oferecidas pela FBPC são realizadas pelas crianças e pelos adolescentes, com o apoio de técnicos e educadores sociais contratados. Esses profissionais são divididos por turno matutino e vespertino e as oficinas ofertadas são de flauta, de percussão, de violão e de informática.¹⁶⁶

Os resultados são excelentes, considerando a participação dos/as alunos/as e o profissionalismo dos/as profissionais envolvidos/as. Esses/as profissionais possuem capacitação para realização dessas oficinas, o que proporciona maior êxito no ensino

¹⁶⁵ Elaboração própria, dados inéditos, 2021.

¹⁶⁶ FBPC, [s.d.], [n.p.].

oferecido pela FBPC para os/as alunos/as. Porém, as oficinas sempre ficam em desvantagem se não houver avanço com o conteúdo e com as atividades atraentes, ou seja, aquelas que podem despertar adrenalina, desafios, prazer e desejo nas crianças e nos adolescentes para prosseguirem em níveis mais elevados.¹⁶⁷

Entre os objetivos profissionais específicos do serviço social, um seria a intervenção nas expressões da questão social identificadas no cotidiano dos assistidos da FBPC. Por exemplo, tem-se o enfraquecimento dos vínculos familiares, a evasão escolar, o baixo rendimento escolar, a violência intrafamiliar, a fome, etc. Apesar do contexto da pandemia do COVID-19, foi possível observar, através da pesquisa de campo, que a falta de alimentos nas residências dos/as educandos/as faz com que as crianças e os adolescentes atendidos tenham a primeira refeição na FBPC. É importante ressaltar que parte dos alimentos servidos aos assistidos provém de uma parceria do interinstitucional, acompanhada pelo setor de Serviço Social da FBPC.

As crianças e os adolescentes assistidos estão inseridas em um conjunto de diversas expressões da questão social e reproduzem no espaço institucional a violência urbana existente nas comunidades em que estão inseridas como, por exemplo: a drogadição, o alcoolismo por parte dos membros da família, o desemprego dos responsáveis, etc. Isso faz com que a renda familiar seja inconstante. Todas essas expressões acabam, de alguma forma, incidindo sobre o espaço institucional, o que requer a intervenção do Serviço Social junto à família e à comunidade. Na FBPC, os profissionais da área também têm que lidar com questões de agressividade entre os educandos que, por vezes, representa um reflexo do que vivenciam em seus lares, ou melhor, espelha uma realidade marcada pela violência comumente enfrentada pelas comunidades no entorno da região de São Pedro.¹⁶⁸

Em situações adversas, os serviços de assistências continuaram de formas reinventadas. Isso está registrado no relatório de atividades da FBPC, de 2020, onde se afirma:

A metodologia de trabalho deste ano sofreu algumas alterações devido ao cenário de Pandemia, em função do início do isolamento e distanciamento social, no qual a entidade se pautou na norma local do Decreto Municipal nº 18064/2020, que determinou a necessidade de quarentena, devido a pandemia do novo Coronavírus - COVID-19, a instituição veio se reinventando para dar continuidade aos atendimentos às famílias, de forma segura e em sua maior parte do tempo de maneira remota.¹⁶⁹

¹⁶⁷ FBPC, [s.d.], [n.p.].

¹⁶⁸ FBPC, [s.d.], [n.p.].

¹⁶⁹ FBPC. *Relatório de atividades 2020*: relatório de atividades (exercício de 2020). [s.d.]. [online]. [n.p.].

Os impactos do período de pandemia, em 2021, acarretaram limitações nas ações a serem desenvolvidas, dentre elas: a suspensão/restrrição das visitas domiciliares; restrição na realização de entrevistas sociais; restrição na execução de programas, projetos e serviços. Os projetos de educação e arte, através das aulas de *skate*, futebol, *hip hop* e outros, foram suspensas e continuarão enquanto durar a decretação da pandemia, pelo governo do Espírito Santo. Contudo, a FBPC se reinventou, ofertando os projetos de forma *online*, num primeiro momento.

Após alguns meses, com as aulas *online*, buscou-se viabilizar a execução do projeto musical *Som das caieiras*, realizado pela FBPC em parceria com o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB). O projeto consiste em educar as crianças, através da musicalização, com aulas de flauta, percussão, violão e ukulelê. Esse projeto atende 80 crianças, das 104 da instituição, que frequentam semanalmente as aulas presenciais. Os/as assistidos/as são divididos por horário, sendo seis alunos/as a cada hora. Contudo, o projeto possibilitou a compra de instrumentos, tornando-se possível que o/a aluno/a tenha um instrumento em sua casa para ensaiar e estudar, de forma intermitente. Isso pode ser observado nas figuras abaixo:

Figura 8. Aula de flauta, oficina em 2020¹⁷⁰



¹⁷⁰ FBPC, 2020, [n.p.].

Figura 9. Aula de violão, oficina em 2020¹⁷¹



O projeto *Som das caieiras* propõe o aprendizado do conhecimento e a percepção musical. Portanto, busca contribuir para que a comunidade local e as famílias nela inseridas, através dos assistidos, conheçam mais sobre a região e sua história. Região essa que desponta, cada vez mais, como um dos pontos turísticos importantíssimos na capital capixaba. Como mediação emancipatória, a relação do profissional do serviço social, nas oficinas de música, se torna um fator preponderante no processo de desenvolvimento psíquico e social dos assistidos. O projeto tem por objetivo:

Contribuir para o desenvolvimento cultural, musical, turístico e histórico da região da Ilha das Caieiras, através de ações musicais protagonizadas por crianças e adolescentes em risco social moradores da região da Grande São Pedro em Vitória/ES. Essas ações irão gerar o benefício do conhecimento da música além do incentivo a cultura em uma região marcada pela violência e desigualdades sociais. Também seremos beneficiados pela integração com nossa própria Cultura Local, pois o significado e as descobertas durante as abordagens nas oficinas sobre o Som das Caieiras e sua história, irá resgatar a identidade de uma região importante do estado do Espírito Santo.¹⁷²

O profissional assistente social tem, entre suas atribuições, a responsabilidade de coletar e distribuir doações advindas de diversas formas à instituição. Uma dessas conquistas está entrelaçada ao financiamento de compra de cestas básicas pelo projeto *Som das caieiras*, que tem dado assistência a 91 famílias da região. Houve, também, um impacto no período

¹⁷¹ FBPC, 2020, [n.p.].

¹⁷² FBPC, 2020. [n.p.].

crítico da pandemia em relação às entregas de aproximadamente trinta e cinco toneladas de alimento, entre: cestas básicas, frutas, verduras, legumes, leite e derivados. O que pode ser notado nas próximas figuras:

Figura 10. Entregas das cestas básicas pelo projeto em 2020¹⁷³



Figura 11. Distribuição de cestas de legumes em 2020¹⁷⁴



Compreende-se, pois, que a práxis do profissional de assistência social requer a compreensão da política social, da organização da instituição bem como dos serviços

¹⁷³ FBPC, 2020, [n.p.].

¹⁷⁴ FBPC, 2020, [n.p.].

prestados à criança, ao adolescente e suas respectivas famílias. Suscita, também, a abrangência do processo de trabalho profissional, dos diversos instrumentos e das técnicas utilizadas na intervenção desse profissional. O que possibilita as abordagens das possibilidades e dos desafios postos ao Serviço Social. Acontecem, também, no campo de ação profissional, atividades consideradas especiais – projetos e ações – específicas que são desenvolvidas pela FBPC.¹⁷⁵

Nas realizações dessas atividades, são necessários estudos, levantamentos, reuniões, entrevistas, encaminhamentos, socialização de informações, etc. Ou seja, conhecer as rotinas dos usuários e os instrumentos a serem utilizados. O que é fundamental para o desenvolvimento profissional na prática institucional e na abrangência da comunidade, em geral, promovendo políticas de assistência social e possibilitando ampliar a visão crítica – enquanto profissional do serviço social –, e da realidade social na comunidade Grande São Pedro, contribuindo, assim, no cotidiano profissional e expandindo experiências.



¹⁷⁵ FBPC, [s.d.], [n.p.].

CONCLUSÃO

A pesquisa pretendeu analisar, de forma expressiva, a possível relação entre uma instituição religiosa, com sua fundação, e a práxis da assistência social em favor de uma comunidade, na periferia de uma capital de um dos estados brasileiros. Considerando as CPR como espaço privilegiado para possíveis diagnósticos e, ao mesmo tempo, o anseio de implementar o Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, este estudo impulsiona o diálogo e a conscientização do fazer profissional do assistente social atrelado à religião.

O objetivo principal era investigar a prática profissional do assistente social no enfrentamento das questões sociais de uma instituição beneficente, oriunda de uma igreja batista, inserida na região periférica da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. Compreende-se que o objetivo geral foi alcançado, ao se constatar que, mesmo sendo o *campo religioso* ainda limitado, as práticas profissionais de outras áreas – ciências sociais –, foi articulada a partir do exercício da intersectorialidade entre ambas.

As manifestações das atividades praticadas no atilamento do profissional assistente social em relação à religiosidade dos assistidos e suas respectivas famílias e em que medida isso teria influência no exercício do serviço social, ao considerar possuir valores e crenças religiosas diferentes dos assistidos e famílias, demonstraram necessária a mediação do diálogo e da conscientização das relações profissionais. Na perspectiva do serviço social, a aceitação do indivíduo do discurso religioso requereria um novo desempenho para a cidadania, muitas vezes deixada de lado por causa dos próprios problemas pessoais e sociais em conformidade com a cultura e com as crenças religiosas.

Em relação aos objetivos específicos, foi possível refletir sobre a constituição histórica da igreja batista e sua missão do fazer social. Ou seja, desde o surgimento das igrejas batistas, no século XVII, na Inglaterra, até sua organização com os imigrantes norte-americanos em Santa Bárbara do D'Oeste, descrita pela CBB. O estudo realizado na organização IBPC, de onde se originou a FBPC, campo religioso da investigação, demonstra a possibilidade de pensar o ministério social cristão como expressão da CPR, em diálogo com outras ciências.

Depois, através do reconhecimento da ausência do estado nas questões de políticas sociais na região de São Pedro, anteriormente constituída sobre um *lixão*, que passou por todo tipo de precariedade social, desde violência ocasionada pela insegurança pública até fome e miséria instituída por falta de insegurança alimentar. Ou seja, constata-se que tais dilemas vêm sendo superados, em parte, pela instituição religiosa IBPC, com a implantação da FBPC sobre o vínculo no Terceiro Setor.

Ao refletir sobre as configurações legais do serviço social no Brasil, desde o seu surgimento no contexto de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira, compreendida no período de 1930-1960, tendo como pano de fundo o profissionalismo do assistente social, notou-se, inicialmente, que essa atividade profissional estava configurada como assistencialismo e salientada pela igreja católica brasileira. O que também teria recebido influência da ação social, sucedida pela Teologia da Missão Integral.

Por fim, foi analisada a compreensão das Ciências das Religiões como disciplina científico-cultural capaz de discorrer com as Ciências Sociais, especificamente no campo do Serviço Social e suas conscientizações nas práxis do fazer social. Nesse escopo, houve apropriação das investigações através da pesquisa em campo com os gestores, com o profissional assistente social que atua no projeto, os profissionais de outras áreas e os assistidos com suas respectivas famílias. Nessa etapa, foram apresentadas respostas aos questionamentos que configuram o teor da pesquisa: o profissional do serviço social e sua relação com a religião.

Por consequência de apresentar, a maioria das vezes, resistência por parte das instituições religiosas ao fazer ação social, sem assistencialismo, no enfrentamento de políticas sociais, de igual forma, existe certa resistência do serviço social na intersectorialidade das instituições religiosas – fugindo da prática de assistencialismo –, já execrada pela reestruturação do profissional assistente social em busca de uma racionalidade inovada no enfrentamento da questão social. Esse estudo, portanto, se configura como uma contribuição científica para a afirmação e a continuidade do Curso de Mestrado profissional em Ciências das Religiões.

Nesse sentido, o autor da pesquisa preza pela continuidade de pesquisa científica e investigatória das Ciências das Religiões, no âmbito restrito e/ou geral, com outras áreas das ciências humanas, assim como com todas as outras ciências.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Amylton; GOBBI, Henrique. *Lugar de toda pobreza*. Vitória: Unigrafic, 1983.
- ALVES, Mário. Terceiro setor: as origens do conceito. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), VI, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: ENANPAD, 2002. p. 1-15. [pdf]. Disponível em: http://anpad.org.br/eventos.php?cod_evento_edicao=6. Acesso em: 20 jul. 2021.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ASSIS, Elezeare. *Educação como instrumento de condução à evangelização e à civilidade: os missionários Loren e Alice Reno à frente do processo de criação do Colégio Americano Batista na cidade de Vitória/ES entre os anos de 1904 a 1935*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- BARRETO JUNIOR, Raimundo C. *Evangélicos e pobreza no Brasil: encontros e respostas éticas*. São Paulo: Recriar, 2019.
- BEHRING, Elaine. *Fundamentos de política social: programa de capacitação continuada para assistentes sociais*. Brasília: CSSPS, 2000.
- BEHRING, Elaine. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEZERRA, Benilton C. *Interpretação panorâmica dos batistas*. Rio de Janeiro: CPB, 1960.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas: introdução, organização e seleção* Sérgio Miceli. 8. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BOURGUIGNON, Jussara A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, p. 46-54, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. [Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998*. [Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 10.406, de 10 janeiro de 2002*. [Institui o Código Civil]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004*. Brasília: Presidência da República, 2004.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004*. Brasília: Presidência da República, 2005.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011*. [Dispõe sobre a organização da Assistência Social]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014*. [Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. *Lei 8.662/93, de 27 de junho de 1993*. [Dispõe sobre a regulamentação da profissão]. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm. Acesso em: 25 out. 2021.

BRETTAS, Gabriela. O papel das organizações da sociedade civil na política pública de assistência social no Brasil: contribuições para a análise da provisão de serviços no sistema único da assistência social. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS (ENEPCP), I, 2015, Brasília. *Anais...* Brasília: ENEPCP, 2015.

CAMARGO, Mariângela; UEDA, Mery; SUZUKI, Fabiana; SAKIMA, Ricardo; GHOBRI, Alexandre. *Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Futura, 2001.

CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata? p. 73-86. Agenda Social. Revista do PPGPS/UENF, v. 1, n. 3, Campos dos Goytacazes, set-dez/2007.

CBB [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=24. Acesso em: 28 set. 2021.

CBEES. *História dos batistas capixabas*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.batistas.es/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 28 set. 2021.

CFESS. [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1589>. Acesso em: 04 nov. 2021.

CHARBONNEAU, Paul-E. *Cristianismo, sociedade e revolução*. São Paulo: Herder, 1967.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CIRINO, Alice; GREENWOOD, Mark. *Ministério social cristão: base bíblica, mobilização da igreja e ações práticas*. Rio de Janeiro: Convicção, 2012.

COSTA, Bruno M. *Ressocialização mediada pela assistência religiosa: direito dos encarcerados no sistema penitenciário*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2018.

COSTA, Priscila. *O papel do catador de materiais recicláveis no circuito da coleta seletiva e da reciclagem na região metropolitana da Grande Vitória (ES)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

COUTINHO, Joana. As ONGs: origens e (des) caminhos. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 57-65, 2005.

COUTO, Natalia. *A complementariedade na PNAS: evolução das parcerias no município de Serra (ES) de 2001 a 2012*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

DIANTEILL, Erwan. Pierre Bourdieu e a religião: síntese crítica de uma síntese crítica. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 34, n. 2, p. 30-42, 2003.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo. *Edital de processo seletivo simplificado/IASES nº 02/2021*. [Estabelece normas para o processo seletivo simplificado e contratação em regime de designação temporária com formação de cadastro reserva, para os cargos de nível superior e técnico, com base no art. 17, da lei complementar nº 809/2015]. Vitória: IASES. Disponível em: <https://selecao.es.gov.br/PaginaConcurso/Index/318>. Acesso em: 02 nov. 2021.

FERREIRA, Naura. Gestão Democrática da Educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia S. C. (orgs.). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 301-317.

FERREIRA, Victor. *ONGs Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento*. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2005.

FBPC [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: https://fbpc.org.br/pt_br/. Acesso em: 25 ago. 2020.

FBPC. *Novo estatuto da fundação beneficente praia do canto*. Estatuto consolidado da fundação beneficente praia do canto assembleia. 25 nov. 2015. Disponível em: <https://fbpc.org.br/wp-content/uploads/2018/09/2015.11.22-Novo-Estatuto-Registrado.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

FBPC. Relatório de atividades 2020: relatório de atividades (exercício de 2020). [s.d.]. Disponível em: https://fbpc.org.br/pt_br/. Acesso em: 25 mai. 2020.

FERNANDES, Rubem C. *Privado porém Público*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. (orgs.). *Neoliberalismo e*

setores dominantes: tendências globais e experiências nacionais. Buenos Aires: Clacso, 2016. p. 179-206.

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DA PRAIA DO CANTO (FBPC). *Escritura pública de constituição de fundação.* Vitória: Sarlo, 1990a.

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DA PRAIA DO CANTO (FBPC). *Estatutos da Fundação Beneficente da Praia do Canto: livro 33.* Vitória: Sarlo, 1990b.

FUNDAÇÃO BENEFICENTE PRAIA DO CANTO (FBPC). *Histórico e relatório de atividades 2018.* [s.d.]. Disponível em: <https://fbpc.org.br/wp-content/uploads/2019/06/FBPC-Relat%C3%B3rio-de-Atividades-2018.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GOHN, Maria G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, Londrina, v. 5, n 1, p. 11-40, 2000.

GONÇALVES, Cássius. *História dos batistas no Espírito Santo.* Vitória: GSA, 2012.

GONÇALVES, Cássius. *História dos batistas no Espírito Santo.* 04 nov. 2014. Disponível em: https://issuu.com/cassius.goncalves/docs/historia_dos_batistas-1. Acesso em: 25 jan. 2021.

GOOGLE MAPS. *São Pedro: Vitória/ES.* [s.d.]. Disponível em: https://www.google.com/search?q=bairro+s%C3%A3o+pedro+em+vitoria+es&rlz=1C1GCEA_enBR924BR924&oq=bairro+s%C3%A3o+pedro+em+vitoria+es&aqs=chrome..69i57j0i22i30.9419j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 29 jun. 2020.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *Revista Serviço Social*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

GIUMBELLI, Emerson. O “chute na santa”: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia (org.). *Religião e espaço público.* São Paulo: Attar, 2003. p. 169-199.

HORA, Dinair L. Educação e gestão educacional na sociedade brasileira contemporânea: algumas reflexões. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 1-13, 2003.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* São Paulo: Cortez, 2007.

IGREJA BATISTA DA PRAIA DO CANTO (IBPC). *Veja mais de Igreja Batista da Praia do Canto no Facebook.* 06 mai. 2013. Facebook: @ibpcoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/ibpcoficial/photos/a.239229019535478/239229022868811>. Acesso em: 29 ago. 2020.

IGREJA BATISTA DA PRAIA DO CANTO (IBPC). *Estatuto Consolidado.* Vitória: [s.n.], 2007. Disponível em: <http://insideinfor.net.br/ibpc/wp-content/uploads/2015/05/estatuto.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

JORGE, J. Simões. *A ideologia de Paulo Freire.* São Paulo: Loyola, 1979.

MACHADO, Aline. *Organizações não-governamentais-ONGs: trajetórias, concepções e práticas em educação popular*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, Adriana R.; VERAS, Antonio T. R. A questão habitacional no Brasil. *Revista Mercator*, Fortaleza, v. 16, p. 1-13, 2017.

NUNES, Kezia R.; NETO, Amarílio F. Além da lama e do lixo: movimentos de escolarização em São Pedro, Vitória-ES (1977-2007). *Revista Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 109-130, 2012.

OLIVEIRA, Eider; GODÓI-DE-SOUZA, Edileusa. O Terceiro Setor no Brasil: avanços, retrocessos e desafios para as organizações sociais. *Revista Rigs*, Salvador, v. 4, n. 3, p. 181-199, 2015.

OLIVEIRA, Wanderley C. *Elementos do assistencialismo no serviço social brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2013.

PEREIRA, Jose R. *Breve história dos batistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPB, 1979.

PIANA, Maria C. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: goo.gl/yfcPRw. Acesso em: 15 set. 2021.

PREFEITURA DE VITÓRIA. *Galeria*: arquivo público municipal de Vitória. [s.d.]. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/galeria.php?idGaleria=36>. Acesso em: 29 jul. 2021.

PREFEITURA DE VITÓRIA. *Gerências regionais*: veja os endereços. 16 jul. 2019. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/gerencias-regionais-veja-os-enderecos>. Acesso em: 15 jul. 2020.

QUINTÃO, Graziela F. *A questão religiosa no trabalho do assistente social: fragmentos de uma investigação na atualidade*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ROCHA, Abdruschin S.; RIBEIRO, Osvaldo L. Ciência (s) da Religião Aplicada (s): uma contribuição do mestrado profissional em ciências das religiões da Faculdade Unida de Vitória. *Revista Rever*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 193-212, 2019.

RESENDE, Luis F. *Comunidade solidária: uma alternativa aos fundos sociais*. Brasília: Serviço Editorial, 2000.

SANCHES, Sidney M. A teologia da missão integral como teologia evangélica contextual latinoamericana. *Revista Caminhando*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 65-85, 2010.

SANTOS, Josiane S. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2017.

SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVEIRA, Emerson. O discurso religioso na sociedade pós-secular: notas reflexivas e indícios impertinentes. *In: ROSA, Wanderley; RIBEIRO, Osvaldo (orgs.). Religião e sociedade (pós) secular*. Santo André: Academia Cristã, 2014. p. 52-86.

STEPHANINI, Valdir. *Aumento de membresia ou reconfiguração eclesial?* Um estudo pastoral sobre pequenos grupos em igrejas batistas do Estado do Espírito Santo. Tese (Doutorado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TAVARES, Maria G. M. *Gestão Democrática do Ensino Público: como se traduz este princípio?* Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1990.

TWORUSCHKA, Udo. Ciência prática da religião: considerações teóricas e metodológicas. *In: PASSOS, João D.; USARSKI, Frank. (orgs.). Compêndio da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. p. 577-588.

YAZBEK, Maria C. A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social. *Revista Cadernos Abong*, São Paulo, n. 3. p. 31-43, 1995.



APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO ASSISTENTE SOCIAL DA FBPC

QUESTIONÁRIO

- 1) Qual a sua religião, valores culturais e as crenças como profissional Assistente Social?

Religião:

Valores culturais:

Crenças:

- 2) Na interdisciplinaridade e especificidades das ações conjuntas como assistente social com outros profissionais em questões religiosas foram?
- 3) Quais as descrições de atividades sua como profissional da Assistência Social?
- 4) Como se dá a extensão da religiosidade no seu exercício profissional como assistente social?
- 5) Você sente significativo preparo para o enfrentamento das questões religiosas?
- 6) Quais as percepções como profissional assistente social você possui em relação à religiosidade dos assistidos e respectivas famílias?

Famílias:

- 7) Em que medida influencia o seu exercício profissional ao considerar possuir valores e crenças religiosas diferentes dos assistidos e famílias?

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO GESTÃO DA IBPC

QUESTIONÁRIO

- 1) Com quais finalidades a IBPC pensou em criar a FBPC?
- 2) Na relação e especificidades das ações profissionais conjuntas como são tratadas as questões religiosas?
- 3) Quais as descrições de atividades proposta pela Gestão IBPC ao profissional da Assistência Social?
- 4) Como se dá a extensão da religiosidade no exercício profissional do Assistente Social?
- 5) A IBPC possui significativo preparo para o enfrentamento das questões religiosas na FBPC?
- 6) Quais as percepções como igreja cristã a IBPC possui em relação as diferenças de valores e crenças dos assistidos e respectivas famílias?
- 7) Como a IBPC demonstra relação entre o Ministério Social Cristão e as Ciências Práticas da Religião?

ANEXO A: QUESTIONÁRIO ASSISTENTE SOCIAL DA FBPC

APENDICE A: QUESTIONÁRIO AS-FBPC

QUESTIONÁRIO

- 1) Qual a sua religião, valores culturais e as crenças como profissional Assistente Social?

Religião: *Evangelicos*

Valores culturais: *Compreendo e aceito as dife. renças, com respeito, mas tenho minhas posições.*

Crenças: *Criso em Deus como único e na sua justiça. Criso que Deus realiza as curas, milagres*

- 2) Na interdisciplinaridade e especificidades das ações conjuntas como assistente social com outros profissionais em questões religiosas foram?

Administrativos são evangelicos como eu. Pedagogo - Espirita, respeito e intergenios. Educadores sociais, discutida minha também respeito e dialogamos. Os outros religiosos são conservadores e agnos em alguns aspectos.

- 3) Quais as descrições de atividades sua como profissional da Assistência Social?

Com os assistidos, além das atividades de funções, dialogamos sobre caráter, disciplina, e fé. Assim como aos familiares, visitas de orientações e encaminhamento. Interdisciplinar - há o acolhimento e muito diálogo, respeito e interações de planos de trabalho.

Nos eventos coletivos realizamos um encontro com outras áreas e buscamos o melhor comum.

- 4) Como se dá a extensão da religiosidade no seu exercício profissional como assistente social?

- Aos assistidos e famílias é melhor o diálogo aberto, porém sem impor em nenhum momento opiniões de mundana.
- Aos colaboradores - Oriento quanto a existência de Deus Único, sem impor nada da de sua religião. Respeitadamente usamos as diretrizes para que todos possam conhecer cada religião.

5) Você sente significativo preparo para o enfrentamento das questões religiosas?

- No amigáveis e famílias muito capacitadas ao diálogo religioso.
- Com as católicas, alguns e católicos, tenho muitos dificuldades de comunicação.

6) Quais as percepções como profissional assistente social você possui em relação a religiosidade dos assistidos e respectivas famílias?

Assistidos: Percebo que a maioria são cristãos evangélicos, um pouco. Quanto aos católicos, alguns dificuldades de comunicação. Nos espíritos tempo persistência.

Famílias:
- coincide com itens anteriores, que ressaltando a existência de espíritos e não-cristãos (minoria)

7) Em que medida influencia o seu exercício profissional ao considerar possuir valores e crenças religiosas diferentes dos assistidos e famílias?

Assistidos e famílias evangélicas não ocorre influência.

Nos assistidos e famílias não evangélicas, também um pouco de dificuldade por algumas decisões que requerem um aconselhamento espiritual, neste caso, me amando.

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO GESTÃO DA IBPC

QUESTIONÁRIO

1) Com quais finalidades a IBPC pensou em criar a FBPC?

Acreditar no desenvolvimento de crianças e adolescentes na comunidade local. Sendo um dos mais eficientes agentes de transformação e inclusão social de crianças e adolescentes do país com instalações, recursos físicos e humanos de excelência, servindo assim de referência para outras instituições. Promovendo o desenvolvimento de crianças e adolescentes, com base em valores éticos e cristãos a fim de que se tornem cidadãos íntegros e utilizem seu potencial na construção de uma comunidade e um mundo melhor e mais justo.

2) Na relação e especificidades das ações profissionais conjuntas como são tratadas

as questões religiosas?

As questões religiosas entre os profissionais, estão na IBPC, assim como na Gestão, questões externamente, são de cordialidade, respeito e acolhimento para um bem comum; o desenvolvimento das assistências para serem cidadãs íntegras e construtores de uma vida de uma comunidade melhor.

3) Quais as descrições de atividades proposta pela Gestão IBPC ao profissional da

Assistência Social?

A equipe de serviço social, além de realizar encontros com os assistidos e com as famílias, para tratar diversos assuntos, realiza também atendimentos individuais, atendimentos familiares e visitas domiciliares. De cada atendimento ou visita, o serviço social verifica as diversas necessidades e demandas que surgem e passa a realizar os devidos encaminhamentos de acordo com as especificidades de cada um. Tudo que é realizado é planejado e autorizado e registrado no livro institucional em local de acesso restrito.

4) Como se dá a extensão da religiosidade no exercício profissional do Assistente

Social?

Não há exigência do profissional Assistente Social ser cristão. A laicidade religiosa é respeitada na instituição.

- 5) A IBPC possui significativo preparo para o enfrentamento das questões religiosas na FBPC?

Sim, trabalhamos em um contexto de políticas sociais voltada as crianças e adolescentes de uma comunidade diversa. Nesse sentido os serviços profissionais ofertados precisam estar em conformidade com as questões sociais e não apenas religiosas.

- 6) Quais as percepções como igreja cristã a IBPC possui em relação as diferenças de valores e crenças dos assistidos e respectivas famílias?

Neutralidade e orientação necessária quando exigida pelas famílias. Entendemos que os valores e crenças são influências e bases. Respeitamos e aceitamos a todos os assistidos independentemente de sua crença e religião.

- 7) Como a IBPC demonstra relação entre o Ministério Social Cristão e as Ciências Práticas da Religião?

Entendemos que o Ministério Social Cristão, mediado pela ciência Prática da Religião e exercido pelo profissional do Serviço Social, permite que seja trabalhado com outros eixos do conhecimento, especialmente a ciência da religião, favorecendo a conscientização da existência humana expressa em 'política social'. Compreendemos que essa relação se dá como um processo distinto de empenho do profissional Assistente Social e que não se pode reduzir corretamente as sociedades e culturas sem que considere o componente religioso.